

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS VILHENA
CURSO BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CASA PERTENCER



JOANA ARAÚJO DA SILVA

PRISCYLA ORIANE BRASILEIRO

FERRO'S BAR,
DIA 19 DE AGOSTO:
UMA VITÓRIA CONTRA
O PRECONCEITO



CASO:



É A PIOR E MAIS TERRÍVEL DOENÇA DO
SÉCULO. DOIS BRASILEIROS MORTOS
PESTE-GAY
JÁ APAVORA
SÃO PAULO

1984
ANO GAY
"GGB"



Casa
Pertencer

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - CAMPUS VILHENA
CURSO BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JOANA ARAÚJO DA SILVA

PERTEN(SER)

Análise de Políticas Públicas e Proposta de Casa de Acolhimento para a População LGBTQI+ em
Vilhena/RO

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Rondônia – Campus Vilhena, para
obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

Orientadora: Profa. Priscyla Oriane Brasileiro

VILHENA
2026/1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Joana Araújo da.

Casa pertencer: análise de políticas públicas e proposta de casa de acolhimento para a população LGBTQI+ em Vilhena/RO / Joana Araújo da Silva. - Vilhena, 2026.

83 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Priscyla Oriane Brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena, 2026.

1. Sexualidade. 2. Arquitetura. 3. Inclusão. 4. Identidade de gênero. I. Brasileiro, Priscyla Oriane (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321

JOANA ARAÚJO DA SILVA

**CASA PERTENCER: Análise de Políticas Públicas e Proposta de Casa de
Acolhimento para a População LGBTQI+ em Vilhena/RO**

Trabalho de Conclusão de graduação apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Rondônia – *campus* Vilhena, como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Sob a orientação da professora Priscyla Oriane Brasileiro.

Aprovado em: 24/07/2026pela banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Joana Araújo da Silva**, Discente, em 27/07/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Priscyla Oriane Brasileiro**, Orientador, em 24/07/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **William Kennedy do Amaral Souza**, Examinador Interno, em 27/07/2026, às 08:24, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **William Minusculli Degenhart**, Examinador Externo, em 28/07/2026, às 11:36, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Agradecimentos

Esse trabalho representa o fim de uma recompensante fase da minha vida, a faculdade. Muito se fala do que somos capazes de conquistar com esforço. Mas aqui, eu gostaria de mencionar como tem coisas, e principalmente pessoas, que fazem com que qualquer jornada se torne minimamente mais fácil. Começo agradecendo a Deus por colocar na minha vida cada uma das pessoas que me deram carinho e apoio e que fazem parte também dessa conquista.

Aos meus pais, Fátima e José meus sinceros: obrigada. Sem o amor de vocês eu não encontraria força para levantar a cabeça em vários momentos. A minha irmã mais velha Tereza e meu cunhado Maycon, agradeço por me ouvirem até sobre os assuntos que não entendiam. A minha amiga Taiane, que está comigo desde o Pré II, agradeço por ser minha dupla e por compartilhar o amor pela arquitetura junto comigo. Tiago, Rayssa, Isabelly, Kaillany, Maiara e Comisso, que estiveram comigo nessa jornada de conhecer e aprender mais a respeito da arquitetura, sorrindo e se lamentando as vezes, muito obrigada também.

Esse trabalho surgiu em um contexto pessoal delicado, então à minha orientadora Priscyla Brasileiro, saiba como estou muitíssimo agradecida não só pela orientação, mas pela compreensão em um momento tão delicado, esse trabalho final não seria possível sem você.

Ter o suporte de todos que mencionei é deter de um privilégio inimaginável quando se é pertencente a comunidade LGBTQI+. Então para todos aqueles que ainda estão travando suas próprias batalhas, principalmente as internas, esse trabalho é para e por vocês. Espero que encontrem aqui, um lugar para **pertencer**. Obrigada pela força e resistência de cada um.

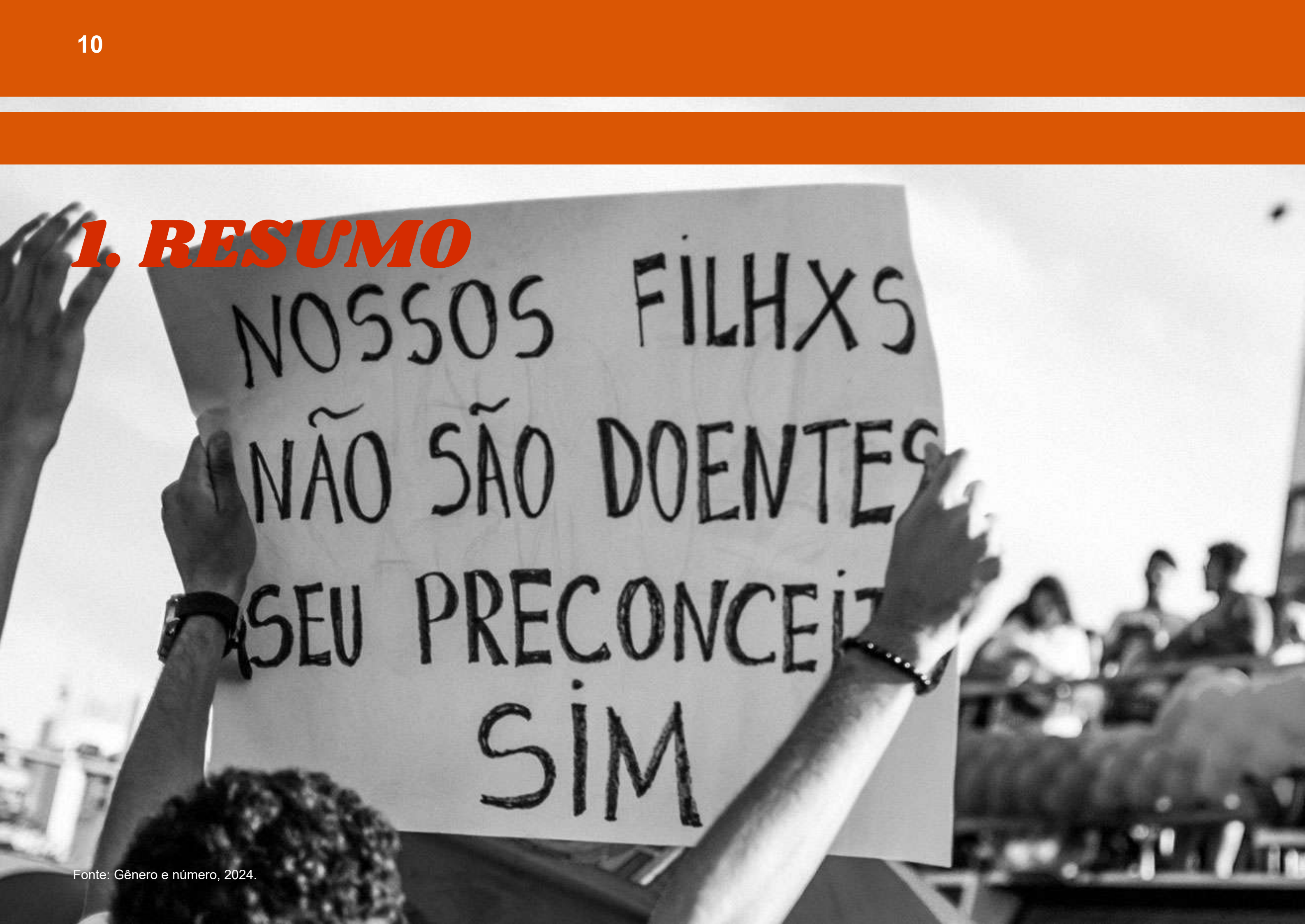


Epígrafe

“Vim aqui falar a vocês e aos mortos, ou melhor, àqueles que vivem como se já estivessem mortos, mas vim falar sobretudo às crianças malditas e inocentes que vão nascer. Nós, os uranistas, somos os sobreviventes de uma tentativa sistemática e política de infanticídio: sobrevivemos à tentativa de matar em nós, quando ainda não éramos adultos e não podíamos nos defender, a multiplicidade radical da vida e o desejo de mudar os nomes de todas as coisas. Vocês estão mortos? Vão nascer amanhã? Quero felicitá-los atrasada ou antecipadamente.”

(Paul B. Preciado, 2019)

1. RESUMO



NOSSOS FILHXS
NÃO SÃO DOENTES
SEM SEU PRECONCEITO
SIM

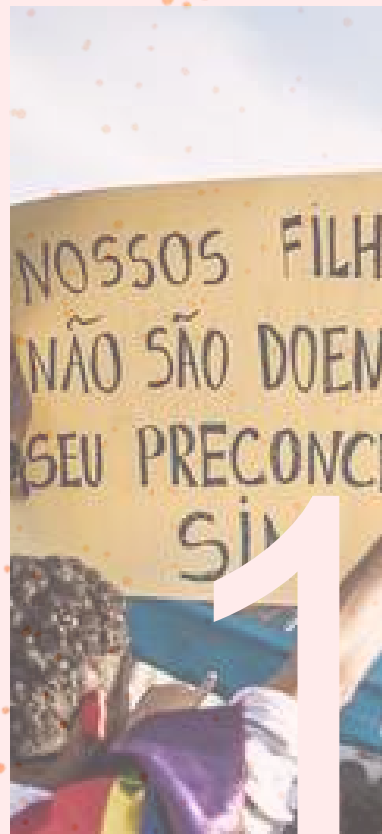
Perten(ser)

A população LGBTQI+ enfrenta diversos obstáculos que a colocam em uma situação de vulnerabilidade social, impactando desde o seu núcleo familiar até a sua permanência no mercado de trabalho. Essas adversidades evidenciam a dificuldade de acesso a direitos básicos, o que vem sendo agravado pela ausência de políticas públicas eficazes. No Brasil, constata-se a carência de tais iniciativas, no estado de Rondônia isso se manifesta de maneira ainda mais acentuada. A partir desse cenário, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias que promovam a equidade e o acolhimento dessa população. Esse estudo tem como objetivo compreender o atual cenário de acesso a políticas públicas que atendam essas pessoas, sobretudo, quanto a insegurança de moradia. A iniciativa contribui para o debate e propicia reflexão.

Palavras-chave: Sexualidade; Arquitetura; Inclusão; Identidade de gênero.

SUMÁRIO

Resumo



1



10

Introdução



2



16

Referencial teórico



3



18

Materiais e métodos

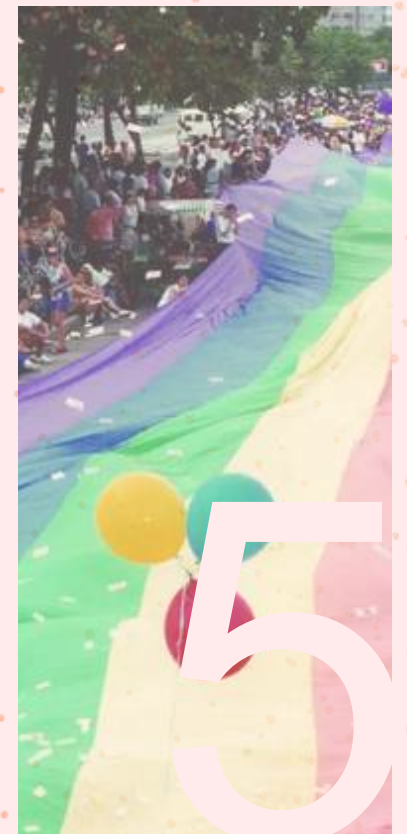


4



23

Resultados e discussões



5



26

Considerações
parciais

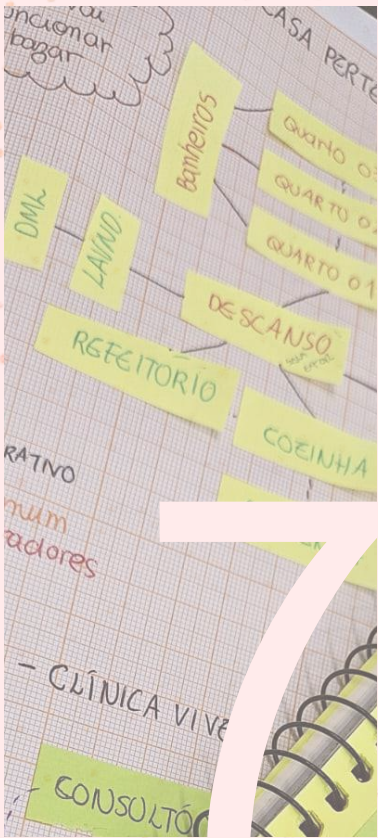


6



41

Estudos
Preliminares



7



45

O terreno e o
entorno



8



52

Anteprojeto



9



55

Imagens do
projeto



10



65

Considerações
Finais



73

Glossário
LGBTQI+



75

Referências
bibliográficas



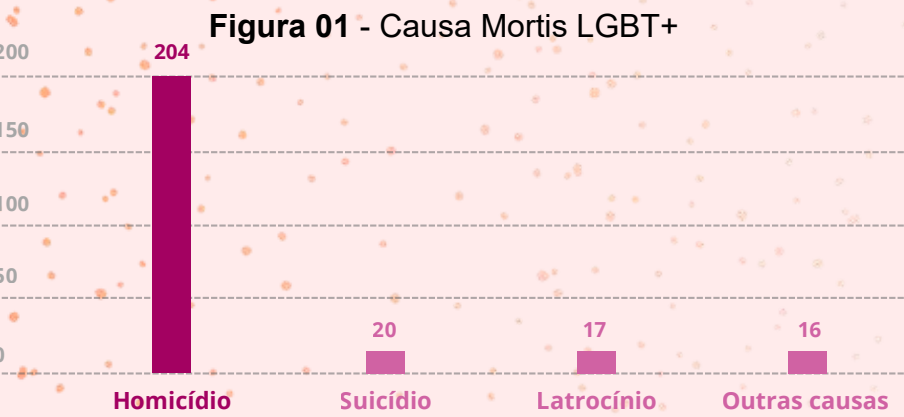
80

2. Introdução

Fonte: Arquivo público do Estado de São Paulo, 1964.

A população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexo e entre outros), consiste em todas as pessoas que identificam fora da norma de gênero e sexualidade dita como “correta” pela sociedade (Quinalha, 2022). Essas pessoas enfrentam, de forma recorrente, um cenário de vulnerabilidade agravado por diversos fatores estruturais e culturais. Rejeição familiar, expulsão de casa, abandono escolar, dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, violências físicas, simbólicas e institucionais, são apenas algumas das barreiras que marcam as trajetórias dessas pessoas.

Segundo o GGB (Grupo Gay da Bahia), o Brasil torna-se cotidianamente um local de violência para as pessoas pertencentes à comunidade LGBTQI+. Segundo o Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil (GGB, 2023), as pessoas mais afetadas estão em uma faixa etária entre 19 e 35 anos, com mortes decorrentes de suicídio ou homicídio e, nota-se que o local de maior incidência dessas mortes são as residências das vítimas (figuras 01 e 02). É importante destacar que esses dados ainda são extremamente subnotificados, contudo, já é possível visualizar a necessidade de ações mitigadoras para as mazelas sociais que a comunidade LGBTQI+ passa.



Fonte: Grupo Gay da Bahia (2023), adaptado pelo autor, 2025

Figura 02 - Local de mortes violentas LGBTQI+

Local de mortes violentas		
Local da morte	Quantidade	(%)
Residência	76	29,57%
Rua/Praça	59	22,96%
Mata/Matagal/Bosque	17	6,61%
Estrada/rodovia	13	5,05%
Rio/Riacho/Córrego	11	4,28%
Terreno baldio	11	4,28%
Bar/Boate	9	3,50%
Hospital	7	2,72%
Praia	3	1,17%
Salão de beleza	3	1,17%
Presídio	3	1,17%
Outros	45	17,51%
Total	257	≅ 100%

Fonte: Grupo Gay da Bahia (2023), adaptado pelo autor, 2025

Em Vilhena, Rondônia, por exemplo, apesar da atuação de coletivos como o Diversidade de Vilhena (DIVHA), a comunidade LGBTQI+ enfrenta inúmeras dificuldades cotidianas. Entre elas, destacam-se: a ausência de uma rede institucional de apoio, a inexistência de políticas municipais voltadas para essa população, a falta de assistência adequada, e a ausência de um espaço físico seguro e estruturado para abrigar pessoas LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade, como jovens expulsos de casa ou vítimas de violência. O coletivo DIVHA, mesmo com um papel fundamental na escuta e no acolhimento dessas pessoas, enfrenta sérios obstáculos operacionais, como a inexistência de uma sede e o limitado apoio do poder público.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe um embasamento teórico para que, em uma segunda etapa, proponha-se um projeto arquitetônico de uma casa de acolhimento LGBTQI+ em Vilhena, que funcione como sede do DIVHA. Mais do que oferecer moradia temporária, o espaço será pensado como um ambiente de reconstrução de vínculos, promoção da dignidade e fortalecimento do pertencimento.

“O preconceito é uma atitude de controle, isolamento e rebaixamento das pessoas que são diferentes da norma. Muitas vezes, o preconceito vem da desinformação ou falta de convívio, outras vezes ele é estimulado por discursos de ódio e silenciamento. O preconceito pode se manifestar quando uma pessoa é preferida e outra excluída em uma oportunidade de emprego, no atendimento em um posto de saúde ou mesmo entre pessoas de uma mesma família. A exclusão que vem junto do preconceito torna uma pessoa mais vulnerável a situações de violência.”(Lopes e Urbini, 2022)

A proposta busca articular a arquitetura a uma abordagem crítica e social, reconhecendo o espaço construído como ferramenta essencial na promoção da equidade e inclusão. A pesquisa será embasada por uma investigação ampla sobre as políticas públicas existentes nas esferas federal, estadual e municipal, a fim de analisar sua eficiência frente às reais necessidades da comunidade LGBTQI+ local. Além disso, serão estudadas referências arquitetônicas e sociais de casas de acolhimento já implementadas em outras regiões do Brasil, buscando extrair estratégias eficazes que possam ser adaptadas ao contexto de Vilhena. Todavia, essa pesquisa não se trata apenas de um estudo para formulação de um projeto arquitetônico, mas, de uma reflexão social sobre a ausência e fragilidade do papel do Estado para com aquelas pessoas que já vem sofrendo por serem dissidentes de uma sociedade heteronormativa e cis normativa.

3. Referencial teórico

Fonte: Nelson Marias, 1997.



3.1 SEXUALIDADE, SEXO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Ao longo da história, muito se pesquisou a respeito do que está por trás da sexualidade dos seres humanos. Inicialmente, os pensamentos relacionados ao comportamento sexual dos indivíduos foram muito restritos, considerados indecorosos e, condicionados a um silêncio. (Foucault, 1988).

De acordo com Foucault (1988), estava em vigência um discurso que pregava uma repressão ao ato sexual, o que era facilmente sustentado em um momento histórico em que a sociedade o enxergava com olhos vexatórios. Em um contexto social que valorizava o trabalho, sexo ganhou um ar de futilidade e, se tornou desaconselhável. Ainda ao investigar esse preceito, ascendeu um novo debate a respeito dos seres sexuais, qual seria a origem da homossexualidade? (Trevisan, 2018). Esse debate passou a transcender o ponto de vista cultural-social, recaindo em uma pauta genética onde se investigou a possível existência de um gene gay. “Quando perguntado a respeito, Jean Genet respondeu que buscar a origem da homossexualidade lhe parecia tão irrelevante quanto tentar saber por que seus olhos eram verdes” (Trevisan, 2018).

(...) Ordenei meu argumento em função da desqualificação desta noção, fingindo ignorar que uma crítica estava sendo formulada além disso, e de modo indubitavelmente bem mais radical: crítica feita nome da teoria do desejo. Que o sexo não seja “reprimido” (Foucault, 1988).

A sociedade tem a tendência a crer na ideia de que certas características, dentre elas sexualidade e gênero, são naturalmente inerentes ao ser-humano, assim, todos seriam

naturalmente héteros e cisgêneros. Contudo, conforme a discussão se torna mais madura, vemos que a “natureza” não pode ser a única regra para realizar esta análise (Jesus, 2012). Nessa perspectiva, propõe-se iniciar um processo de desconstrução do contrato sexual vigente.

Segundo Preciado (2014), o caminho para instituir isso é o de normalizar a sexualidade para além das normas de gênero: “No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes”. Ao introduzir esse novo conceito, Preciado (2014) foge da binaridade que é imposta ao sexo e do tradicionalismo simbólico. Abraçando suas transformações e valorizando os chamados “desvios” do sistema.

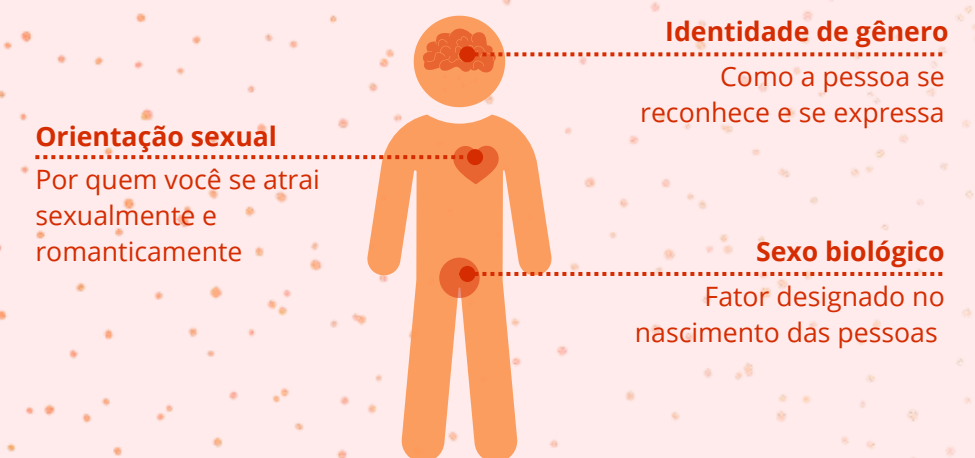
“A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo (...)” (Preciado, 2014)

Esse processo de reestruturação se estende também para a temática de gênero. Conforme Jesus (2012), existem certas diferenças entre os conceitos de sexo e identidade de gênero, visto que o primeiro é um fator biológico e o segundo é um produto do processo de sociabilidade das pessoas. Para além disso, quando o assunto é “expressão de gênero”, Jesus (2012) menciona sobre como se entender como pertencente às transgeneralidades é algo extremamente desafiador.

“Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.” (Jesus, 2012)

Assim, é importante ressaltar que existem evidentes diferenças entre: sexualidade (por quem se atrai), identidade de gênero (como se expressa) e sexo, figura 03, esses conceitos podem se relacionar, mas independem uns dos outros (Jesus, 2012). Jesus (2012), ainda reforça o argumento de que, o processo de se entender, é único para cada pessoa, não tem um tempo “certo” para acontecer, e é pautado em reconhecimento e identificação.

Figura 03 - Gênero, sexo e orientação sexual



Fonte: Autor, 2026

3.2 COMO A ARQUITETURA PODE SER SOCIAL?

Projetar é um ato de criar. Por mais que esse processo seja comumente associado a uma lógica puramente artística, é preciso reconhecer que a arquitetura tem um caráter multifacetado. Por mais que possua tal viés, ela também consiste numa relação entre o que é produzido, a própria arquitetura, e quem usufrui dos espaços criados nesse processo. A função do arquiteto na sociedade moderna é a de tornar o que rodeia o homem, habitável e harmonioso. É o arquiteto que faz a coordenação entre as diferentes necessidades do homem e suas diferentes atividades. (Bill, 1954).

A arquitetura se molda em acordo com as transformações sociais, se tornando mais intrincada em consonância às suas novas demandas, visto que existe “a necessidade de devolver a arquitetura à sociedade e ao indivíduo. O apelo invocado pela história, vai ao encontro de formular um sentimento de pertença, perante a arquitetura.” (Kahl, 2008 apud Silva, pág. 26, 2015). Isso, exemplifica bem o quão importante o indivíduo é para o projeto arquitetônico e para o meio urbano. A partir dessa prerrogativa, é possível chegar ao entendimento de que a arquitetura também desempenha uma função social.

Bill (1954), traz a seguinte visão sobre a arquitetura: “Quero, pois, falar da arquitetura, como de uma arte social, uma arte que não está sujeita a ser posta de lado nos dias do futuro (...)”. De tal modo, torna-se visível que o caráter social não é algo que deva ser dissociado da sua essência. Com a implementação da Constituição da República Federativa do Brasil, temos que o seu principal objetivo é assegurar os

direitos e deveres de todas as pessoas integrantes da sociedade brasileira, promovendo sua dignidade, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, [...]” (Brasil, 1988). O processo de fortalecimento de tais legislações serviram para viabilizar a criação de certas políticas públicas. Nesse contexto surgem as entidades voltadas para assegurar os direitos de grupos menos favorecidos, dentre eles, a comunidade LGBTQI+.

Quanto ao direito à moradia, a arquitetura pode ter um papel significativo, temos que “Historicamente, as Casas de Acolhimento voltadas para a população LGBTI+ surgem como iniciativas para suprir a ausência dos responsáveis legais ou do Estado” (Silva, Vitorino e Pissango, 2022). Por assim dizer, são espaços que incentivam o empoderamento:

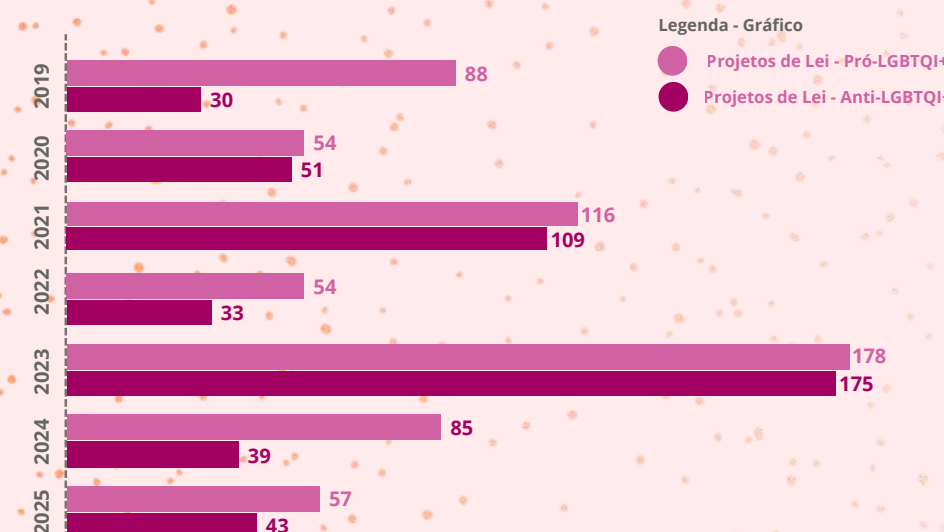
“A implementação desses centros nos estados e no Distrito Federal é uma medida que se alinha aos princípios da Constituição Federal de 1988, que consagra a dignidade da pessoa humana e a busca pela redução das desigualdades sociais como fundamentos da República Federativa do Brasil.” (Brasil, 2024).

As casas de acolhimento são uma maneira de ofertar residência temporária, atendimento psicossocial e segurança àqueles em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes sua cidadania plena. Atualmente, o país conta com diversas instituições que se mantêm, em grande maioria, sem auxílio do Estado, de maneira independente e fruto dos movimentos sociais (Silva, Vitorino e Pissango, 2022).

3.3 CIDADANIA LGBTQI+: UMA SÉRIE DE DIREITOS FERIDOS

Com base em Saraiva (2017), a comunidade LGBTQI+ é considerada, socialmente, um grupo vulnerável e suscetível a pequenas violências. A questão primordial aqui, é que a comunidade precisa ter suas necessidades reconhecidas em uma esfera política em três níveis (federal, estadual e municipal). Contudo é um processo complexo receber esse reconhecimento do Estado, “Quando pensamos as demandas da comunidade LGBT e possibilidade da efetivação das mesmas através de políticas públicas fluminenses, estamos pensando o Estado (...)”. De acordo com a Observatória (2025), é possível ver como por diversas vezes, membros eleitos pela população propõem projetos de leis (PLs) que vão contra a necessidades da comunidade LGBTQI+ (figura 04).

Figura 04 - Projetos de Lei (2019-2025)



Fonte: Observatória, adaptado pelo autor, 2025

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi instituído em 1996 pelo Governo Federal, nesse período o país se tornou um dos primeiros a instituir uma normativa relacionada à Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena de 1993. De acordo com o Centro Paranaense de Cidadania – CEPAC -, (2015), ainda que de maneira simples, ele buscou incorporar a comunidade LGBTQI+ neste documento. Todavia, o passar do tempo proporcionou pequenas mudanças no cenário do PNDH II.

(...) inserimos, na pauta das políticas públicas, questões que até pouco tempo atrás eram consideradas tabus ou não recebiam a devida atenção, como a dos direitos dos homossexuais, a situação dos ciganos, a prática da tortura, a questão da violência intrafamiliar, a necessidade de fortalecermos o combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado e a luta pela inclusão das pessoas portadoras de deficiência (Ibid., sem paginação, grifos nossos apud CEPAC, 2015)

Mesmo que esses direitos ainda estejam em processo de construção e fortificação, ainda existe um estigma social acerca dessas pessoas. Fazendo com que eles continuem sendo vítimas de crimes de ódio e outras micro violências provenientes de um viés discriminatório (Manual de Direitos e LGBTI+, 2022). A denominada “Cidadania LGBTQI+” está constantemente sujeita a uma invalidação, com base em estudos do Grupo Gay da Bahia (GGB) torna-se perceptível o quão violento vem se tornando esse cenário LGBTfóbico no Brasil (2023).

Dentre as formas de preconceito estrutural, existe uma questão latente com relação a situação de insegurança de moradia. No Brasil, existe um cenário geral que propicia um

déficit habitacional, por questões de acesso a trabalho digno e renda fixa, contudo, algumas especificidades tornam o lar algo ainda mais complexo para os integrantes da comunidade LGBTQI+, “Infelizmente, muitos de nós só conseguimos imaginar esse lugar bem distante das pessoas que nos criaram. Pensar em viver em paz e em segurança envolve conseguir se distanciar de relações de preconceito, violência e abuso”. (Lopes e Urbini, 2022). E, nessa perspectiva, as casas de acolhimento se posicionam como uma resposta:

“Manter esses locais é uma tarefa hercúlea, e em geral essas casas se valem de vaquinhas online, recebem doações de pessoas físicas e jurídicas e organizam eventos para arrecadar fundos. Nesse sentido, seria muito importante que surgissem políticas públicas para atender de modo consistente a essa demanda.” (Lopes e Urbini, 2022).

Infelizmente muito desses serviços ainda estão longe da perspectiva ideal, visto que as instituições não são distribuídas uniformemente pelo país, ainda são “improvisadas” quanto as suas instalações e, na maior parte do tempo, não conseguem suportar a demanda requerida pela população (Lopes e Urbini, 2022). Recentemente, foi posta em pauta um PL que tem como principal objetivo, estipular parâmetros para a concepção dessas Casas:

“A ausência de políticas públicas específicas que abordem as necessidades do público LGBTQI+ e a escassez de espaços de acolhimento que considerem suas particularidades são lacunas que este projeto se propõe a preencher. As “Casas de Acolhimento e Diversidade” funcionarão como centros integrados que oferecerão não só proteção imediata contra a violência, mas também apoio psicológico, assistência jurídica, acesso à saúde, e capacitação profissional, visando o empoderamento e a autonomia econômica deste público.” (Brasil, 2024)

3.4 DIVHA: COLETIVO DE DIVERSIDADE DE VILHENA

Visando atender e dar voz à comunidade LGBTQI+ e de outras minorias dentro da cidade de Vilhena, Rondônia. Foi fundado em junho de 2023, o Coletivo de Diversidade de Vilhena (DIVHA). O objetivo do coletivo é acolher e incluir, ajudando os seus participantes a serem ouvidos para alcançar equidade social. Segundo palavras de representantes do próprio coletivo, a missão deles é: “promover um local onde todos possam viver com autenticidade, expressar-se livremente e ter acesso a oportunidades iguais” (DIVHA, 2023).

Desde que foi fundada, vem desempenhando um importante papel de estabelecer diálogos convenientes, mostrando a todos as necessidades e direitos das pessoas LGBTQI+. O coletivo promove eventos de diferentes naturezas (figura 05), tais como lazer, piqueniques e sessões de cinema LGBTQI+; e, eventos de caráter político, social e de saúde.

Figura 05 - Conferência Municipal LGBTQI+



Fonte: DIVHA, 2025

Referencial teórico

Quando se fala de pesquisas que seguem uma abordagem qualitativa, existem inúmeras estratégias que podem ser utilizadas, contudo, uma das mais significativas é a revisão da literatura. De acordo com Gil (2021), “Ele está presente em todos os estudos qualitativos porque não poderiam ser planejados sem que implícita ou explicitamente fosse feita alguma pergunta”. No quadro-resumo (quadro 01), ao lado segue um resumo dos conceitos explorados para o desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 01 - Referencial teórico

Referencial teórico		
Eixo	Conceito e teórico	Definição com base nos autores
 01	POPULAÇÃO LGBTQI+ Renan Quinalha (2022)	Trata do grupo de pessoas que se assumem contra as padronizações impostas pela sociedade quanto a gênero e sexualidade, paralelamente a isso, é um movimento social que se organiza em uma luta coletiva para promover mudanças na sociedade.
 02	SEXUALIDADE Michael Folcault (1988)	Funciona como um dispositivo de jogos de prazer e poder, anteriormente era algo que recebia um olhar vexatório, todavia, configura uma busca pelo saber e luta contra o estigma ao sexo
 03	CONTRASSEXUALIDADE Paul B. Preciado (2014)	"No âmbito do contrato contrassexual, os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes."
 04	POLÍTICAS PÚBLICAS Marcio Sales Saraiva (2017)	"a política pública consiste em decisões autorizadas ou sancionadas por atores governamentais, sendo assim, as políticas públicas são resultantes de processos governamentais ou epifenômenos destes"
 05	CASA DE ACOLHIMENTO Câmara de deputados (2024)	"um espaço dedicado ao atendimento humanizado do público LGBTQI+ que se encontra em situação de violência e vulnerabilidade social."
 06	LGBTFOBIA João Silvério Trevisan (2018) Paul B. Preciado (2014)	Se trata do processo de silenciamento e ataque às pessoas pertencentes a comunidade que tem seus interesses minimizados ou ignorados. O resultado disso é uma exclusão social e também um risco a integridade física dessas pessoas.
 07	INSEGURANÇA DE MORADIA Renan Quinalha (2022)	"O lar, em vez de refúgio e segurança, é o lugar da violência mais insuportável, posto que irradiada pelas pessoas com quem temos uma conexão afetiva maior ao menos nessa fase da vida"

4. Materiais e métodos

As pesquisas ligadas às ciências sociais requerem uma minuciosa construção metodológica a fim de garantir que seja respeitada a ética de todos os indivíduos envolvidos em seu processo. Esse estudo se trata de um projeto de pesquisa de natureza aplicada, visto que tem a intenção de gerar um projeto como produto. A fim de manter uma proximidade entre os temas selecionados, a pesquisa seguiu um delineamento qualitativo, com caráter exploratório e aproximações descritivas.

Para atender os objetivos propostos, foram realizados procedimentos metodológicos para desenvolvimento da pesquisa e, para que seja possível auxiliar na compreensão da escassez das políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQI+. Foram consultadas fontes secundárias, para a construção de um referencial teórico bibliográfico e documental, para a conceituação de termos e corroborar nos debates relacionados ao movimento LGBTQI+ no Brasil, no estado de Rondônia e em Vilhena.

Outros recursos explorados foram: fichamentos e estudos de casos múltiplos. Cada tipologia de estratégia metodológica foi selecionada para que fosse possível extrair um produto de grande valia para a pesquisa (quadro 02). Assim, espera-se que seja possível compreender terminologias, identificar as lacunas existentes no histórico do movimento pela luta de direitos, reconhecer práticas exitosas e, ao final, após entender o perfil da comunidade dentro da região de interesse, propor uma possível solução condizente com as necessidades do local.

Quadro 02 - Delimitação da pesquisa

Definição conceitual da pesquisa		
Natureza, caráter e abordagem da pesquisa		
Objetivos x Procedimentos metodológicos		
Objetivo	Descrição do objetivo	Procedimento
	Identificar, nas esferas federal, estadual e municipal, o panorama das políticas públicas voltadas para comunidade LGBTQI+;	Pesquisa Documental Pesquisa bibliográfica Fichamentos
	Apontar e examinar conceitos relativos à pauta de gênero e sexualidade propondo uma conexão com o tema central da pesquisa;	Pesquisa bibliográfica
	Delimitar o público de interesse no recorte da pesquisa e investigar a eficiência das políticas públicas existentes com as necessidades da comunidade em Vilhena;	Análise de questionário
	Analisar referências de projetos arquitetônicos e sociais de casas de acolhimento LGBTQI+ no Brasil.	Estudos de casos

4.1 Pesquisa documental

É uma forma de validação de dados obtidos por outras estratégias de coleta. Segundo Gil (2021) “O principal valor da análise documental na pesquisa qualitativa é, pois, possibilitar a triangulação metodológica, que se refere ao uso de múltiplos métodos para obter dados tão completos e detalhados quanto possível [...]”. Nesse estágio, foram consultados documentos como dossiês, índices de monitoramento, manuais, guias, normativas e projetos de leis (PLs) que tratam da garantia à direitos LGBTQI+, para assim embasar o panorama das políticas públicas.

Na cidade de Vilhena, recentemente, foi lançada uma pesquisa sociodemográfica LGBTQI+, iniciativa proveniente do (DIVHA) para mapear essa comunidade. Os resultados parciais deste questionário foram incorporados à pesquisa, para determinar o grupo de interesse no recorte da pesquisa e, interpretados para reconhecer as necessidades destas pessoas.

4.2 Pesquisa Bibliográfica

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica consiste em uma consulta sistemática em literaturas de assuntos similares e relevantes à temática central do trabalho. Dessa maneira, a primeira etapa consistiu em uma revisão de conceitos ligados à pauta de gênero, sexualidade e LGBTfobia sob a perspectiva da comunidade LGBTQI+. Para além disso, esse procedimento é essencial para compreender a história desse grupo na busca por direitos de cidadania e, como a arquitetura pode ajudar a suprir essa necessidade.

4.3 Estudos de casos múltiplos

As pesquisas sociais qualitativas de um modo geral propiciam um maior contato entre o pesquisador e as pessoas que fazem parte da construção do conhecimento, visando estudar com aprofundamento o objeto da pesquisa. Não obstante a isso, na área da arquitetura e urbanismo, existe um método qualitativo amplamente explorado em pesquisas: estudos de casos, uma vez que, “A acumulação de estudos de casos sobre certos objetos pode levar a uma conclusão mais ampla” (Serra, 2006).

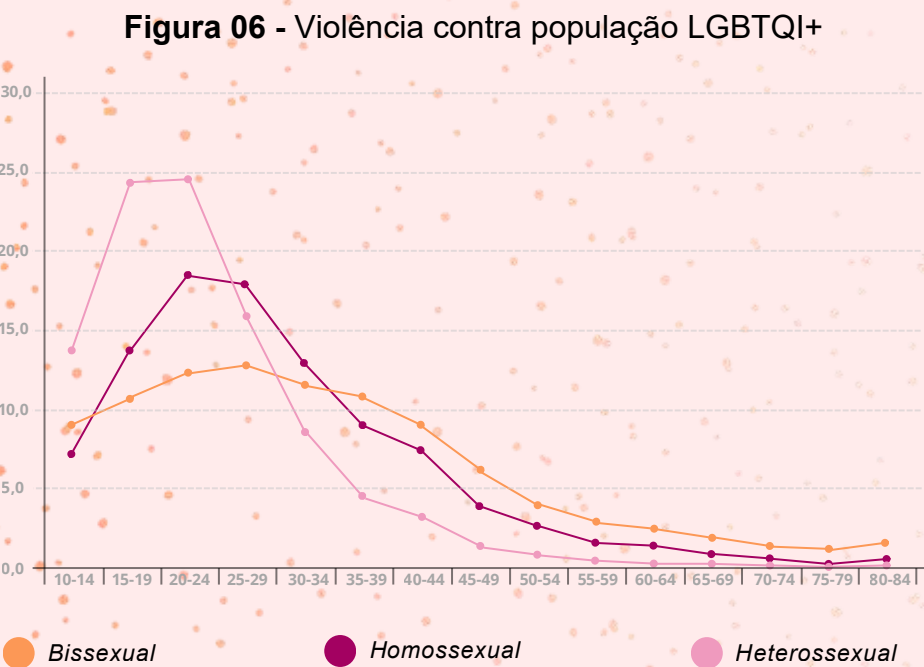
Na conjuntura dessa análise, esse recurso foi usado para ajudar na compreensão de como essa política pública vem sendo explorada atualmente. Os projetos analisados foram localizados pela internet por intermédio de sites e redes sociais, tais como: Facebook, Instagram e Telegram.

☐ Hetero
☐ Homo
☒ Human

5. Resultados e discussões

5.1 O Norte é LGBTQI+?

Observando em um nível nacional, o nosso país lida com um cenário de violência. De acordo com o Atlas de violência (2025), é possível visualizar como esses percentuais ainda se encontram elevados (figura 06).



Fonte: Atlas de violência, 2025

Para além desse cenário deturpante de violência, a análise de dados voltados para a comunidade LGBTQI+ sofre com outras grave questões: a insuficiência de fontes de dados e subnotificações de casos. Ambos fatores colaboram para o processo de silenciamento que é imposto contra essa população. O movimento vem lutando para que se inicie a triagem dos dados sociodemográficos dessas pessoas. Desde 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística iniciou a incorporar em suas pesquisas perguntas referentes a autodeclaração de identidade de gênero e orientação sexual e, recentemente disponibilizou ao acesso público os dados rudimentares dessa pesquisa (Quadro 03).

Quadro 03 - IBGE pesquisa

IBGE - Pesquisa				
	UF	Heterossexual	Homossexual ou bissexual	Se recusou a responder ou não sabia
1º	RO	92,2%	2,9%	4,9%
2º	AC	94,1%	2,8%	3,1%
3º	AM	94,1%	2,3%	3,7%
4º	RR	94,8%	2,3%	2,8%
5º	PA	94,0%	2,3%	3,6%
6º	AP	94,7%	2,0%	3,2%
7º	TO	92,5%	2,0%	5,5%
8º	MA	91,6%	1,9%	6,4%
9º	PI	92,4%	1,9%	5,7%
10º	CE	94,8%	1,9%	3,3%

Fonte: Autor, 2025

A partir dos dados coletados pelo IBGE, foi possível ter uma breve noção a respeito dos percentuais de pessoas que se identificam como homossexuais ou bissexuais em todo o país e de sub-dividir esses números de acordo com os estados. A maior incidência de pessoas LGBTQI+ foi detectada na região norte do país. Todos os estados pertencentes a essa região ocupam as sete primeiras posições das informações coletadas pelo estudo, sendo que Rondônia ocupa o primeiro lugar.

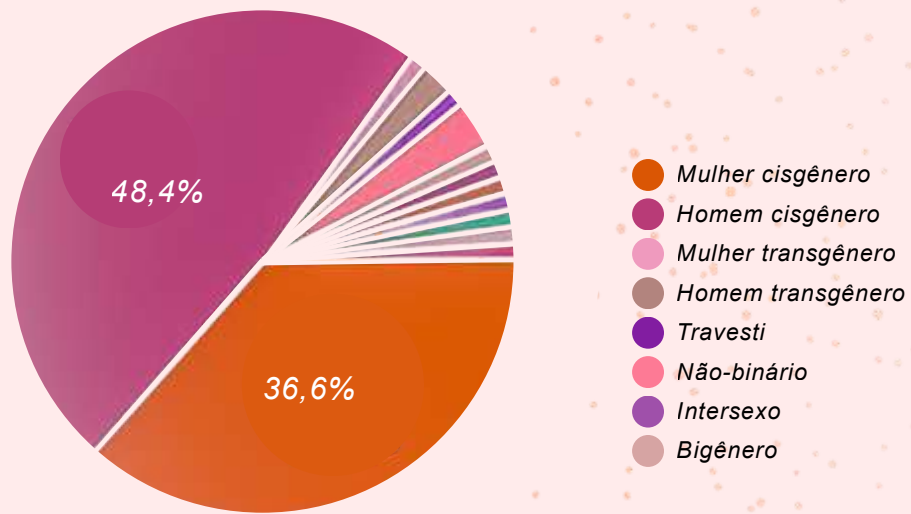
Essas estatísticas servem para demonstrar a presença da comunidade na área de recorte desta pesquisa, mostrando que existem pessoas que necessitam de ações voltadas a atender suas necessidades particulares.

5.1.1 VILHENA E O CENÁRIO LGBTQI+ NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

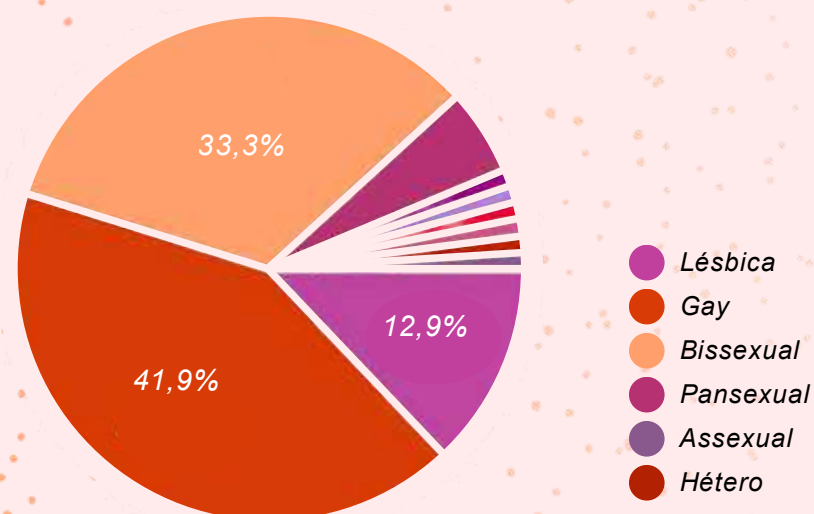
O Coletivo de Diversidade de Vilhena lançou uma pesquisa sociodemográfica na cidade de Vilhena, Rondônia. O objetivo foi mapear a comunidade com base em diversos critérios para que, a partir disso, fosse possível compreender como a comunidade LGBTQI+ está presente dentro do município e quais são as suas necessidades pendentes. Os resultados parciais deste formulário foram analisados e incorporados a pesquisa, o questionário consta com 91 respostas.

A comunidade LGBTQI+ de Vilhena possui idade diversa, todavia se destaca a faixa etária entre 19 e 26 anos, mostrando que a cidade possui um perfil jovem. Além disso, a partir das definições do IBGE a respeito de cor e raça, se destacam pessoas brancas (49,5%), pardas (32,3%) e pretas (12,9%). Quanto a sexualidade e gênero as respostas são multiformes, conforme pode ser observado nas figuras 07 e 08.

Figura 07 - Com qual gênero se identifica?

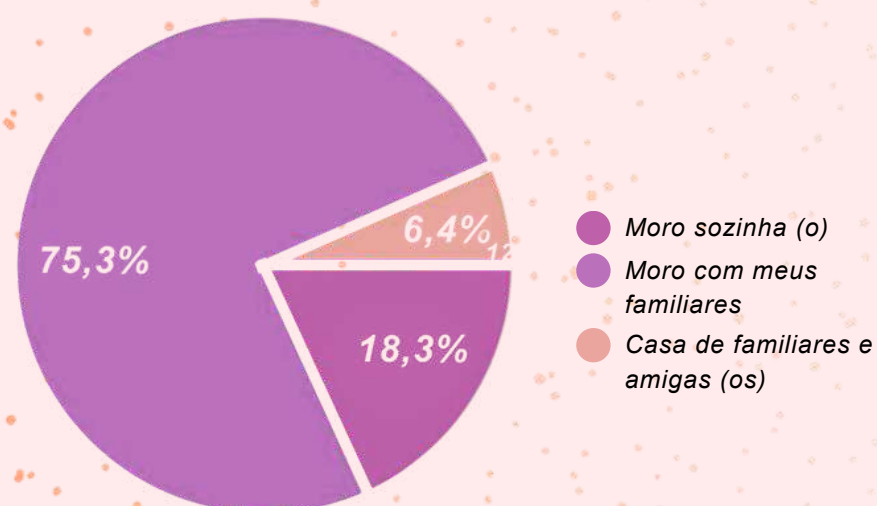


Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

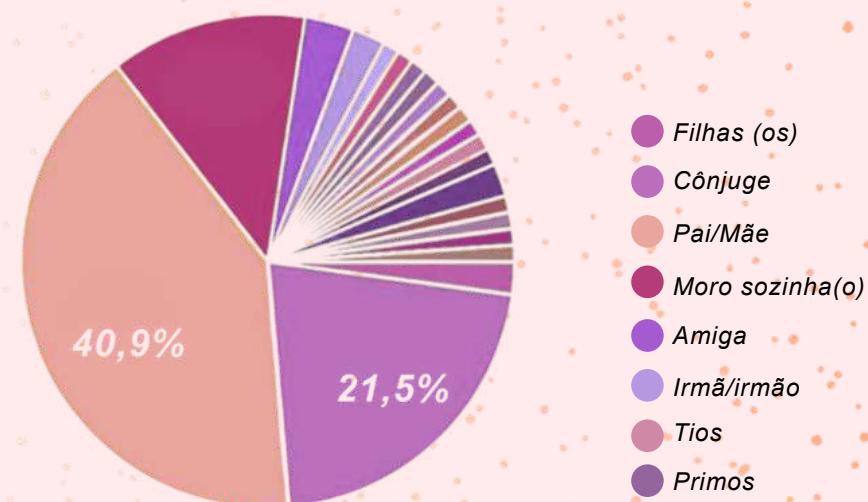
Figura 08 - Qual a sua orientação sexual?

Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

Outras informações importantes analisadas são as que tratam da moradia (figuras 09 e 10). Por intermédio desses gráficos é possível compreender a dinâmica social dessa população e como o preconceito influencia o seu cotidiano.

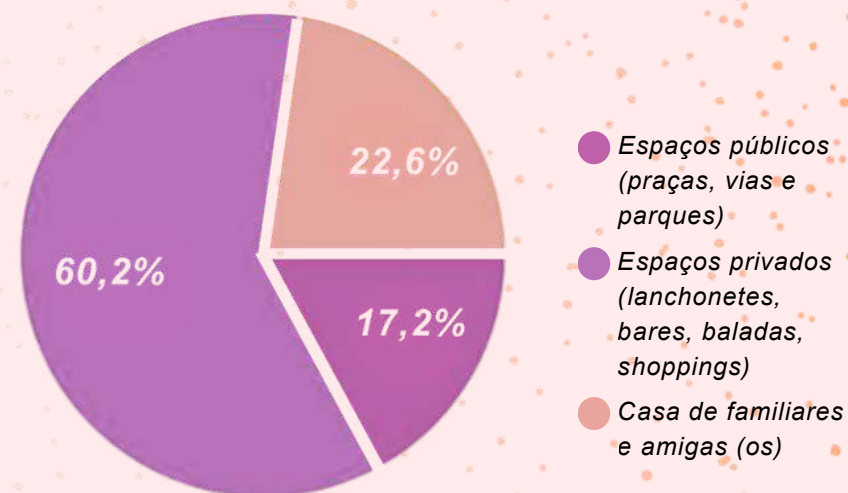
Figura 09 - Qual o convívio social?

Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

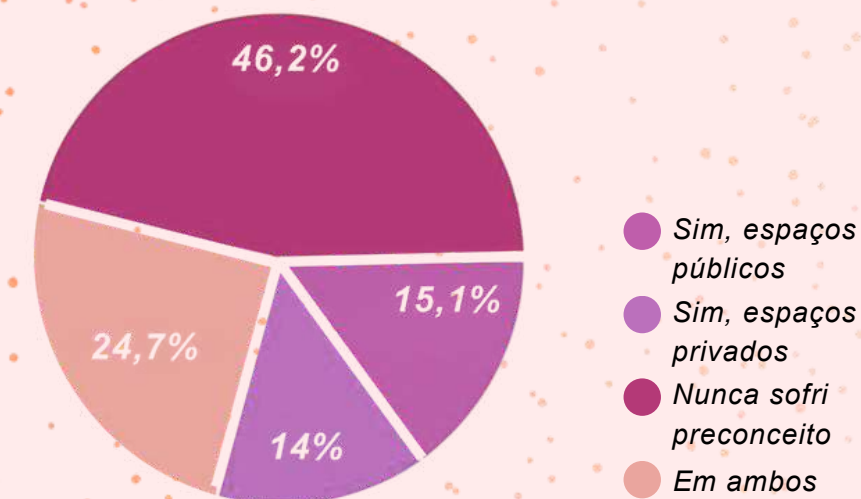
Figura 10 - Se mora com alguém, qual o grau de parentesco?

Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

Após realizar uma breve análise sobre a situação de moradia dessas pessoas, o estudo focou em visualizar como e em quais espaços essas pessoas apropriam na cidade (figuras 11 e 12).

Figura 11 - Quais espaços costuma frequentar?

Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

Figura 12 - Já sofreu preconceito nesses lugares?

Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

Boa parte dessas pessoas moram com familiares, sobretudo com os pais e, para além disso, elas raramente se apropriam de espaços públicos para lazer e diversão, primordialmente por serem vítimas de preconceito quando frequentam esses lugares. O questionário também consta com perguntas discursivas, dentre elas, havia a seguinte questão, “Como você gostaria que Vilhena fosse em relação à comunidade LGBTQI+?”.

“(…) infelizmente, ainda acontecem muitos casos de preconceito contra a comunidade LGBTQIAPN+. Eu, sinceramente, fico com receio de sair e acabar passando por alguma situação de preconceito, porque a gente sente no ar que não é um lugar totalmente seguro para ser quem a gente é..” (Informação verbal, Coletivo DIVHA, 2025).

Nesse campo, as pessoas clamaram, de forma enfática, por inclusão, respeito e segurança. O que denota a carência estrutural do município com relação a assegurar direitos de cidadania básicos, a partir dessa análise sociodemográfica, foi possível visualizar como a cidade carece de lugares que atendam essas pessoas.

5.2 UM PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS LGBTQI+

Com base na análise documental e bibliográfica realizada foi possível criar uma visão a respeito da evolução dos direitos ao acesso à cidadania das pessoas LGBTQI+ em nível federal, estadual e municipal. Além de elencar acontecimentos em nível internacional que propiciaram impactos diretamente no Brasil. Por mais que o debate acerca de homossexualidade e transgeneridade sejam antigos, o início das conquistas da comunidade são recentes e insuficientes para atender as demandas solicitadas (Figuras 13 e 14).

A partir de 1996, houve as primeiras menções que reconheceram essas pessoas como pertencentes a um grupo em situação de vulnerabilidade social e, inerentes ao risco de sofrer com atos de preconceito. Entretanto, só foi estabelecido um canal para comunicação dessas violências no ano de 2001 com a instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. A inclusão da pauta LGBTQI+ sempre ocorreu de maneira tímida e foi pouco explorada. Mas com o desenvolvimento dos Programas Nacionais de Direitos Humanos I, II e III, passou a ser posto em pauta a necessidade de delinear políticas públicas com enfoque nas demandas dessa comunidade.

Contudo, por mais que tenha se destacado a ideia de que é de extrema importância o desenvolvimento de normativas direcionadas para comunidade de interesse, poucas políticas públicas foram verdadeiramente efetuadas. Dentre elas se destaca o Brasil Sem Homofobia (2004), que visava apoiar projetos e instituições voltadas a assegurar os direitos humanos das pessoas LGBTQI+ e, disseminar conhecimento como ato de enfrentamento contra a LGBTfobia,

iniciativas que foram ainda mais reforçadas por projetos como o Programa de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais em 2009.

Em nível internacional surgiram algumas colocações que impactaram a luta LGBTQI+ na América Latina como um todo e, em especial, o Brasil. Em 2011, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) foram solicitados estudos voltados para documentar e compreender os atos de discriminação que essas pessoas estão sujeitas, com o objetivo de manter o debate ativo e, propor ações mitigadoras para essas violências. Todavia, ao observar a linha cronológica de políticas e direitos, vemos que essas ações ocorreram sempre de maneiras espaçadas no recorte temporal, o que evidencia a dificuldade de manter uma constância na luta por direitos. Isso ocorre, na maior parte do tempo, porque esse assunto ainda encontra resistência da população e por parte dos políticos eleitos.

Figura 13 - Luta LGBT no Brasil



Fonte: Organizado pelo autor, 2025

Só em 2013 foi criado o Sistema Nacional LGBTQI+, que servia justamente como uma promoção dos direitos que estão sendo buscados ou que já foram conquistados. Assim, surgem os primeiros conselhos, coordenadorias e coletivos de caráter estaduais ou municipais, voltadas a pensar em políticas públicas mais específicas para os tópicos de maior urgência. Existiram outros marcos de importância para a comunidade LGBTQI+ como um todo, mas, foram referenciados no panorama temporal aqueles que implicaram em relevância em nível nacional. Por exemplo, a “Declaração dos Direitos Sexuais” e, a data da criminalização da homofobia como um crime de ódio e ato de violência.

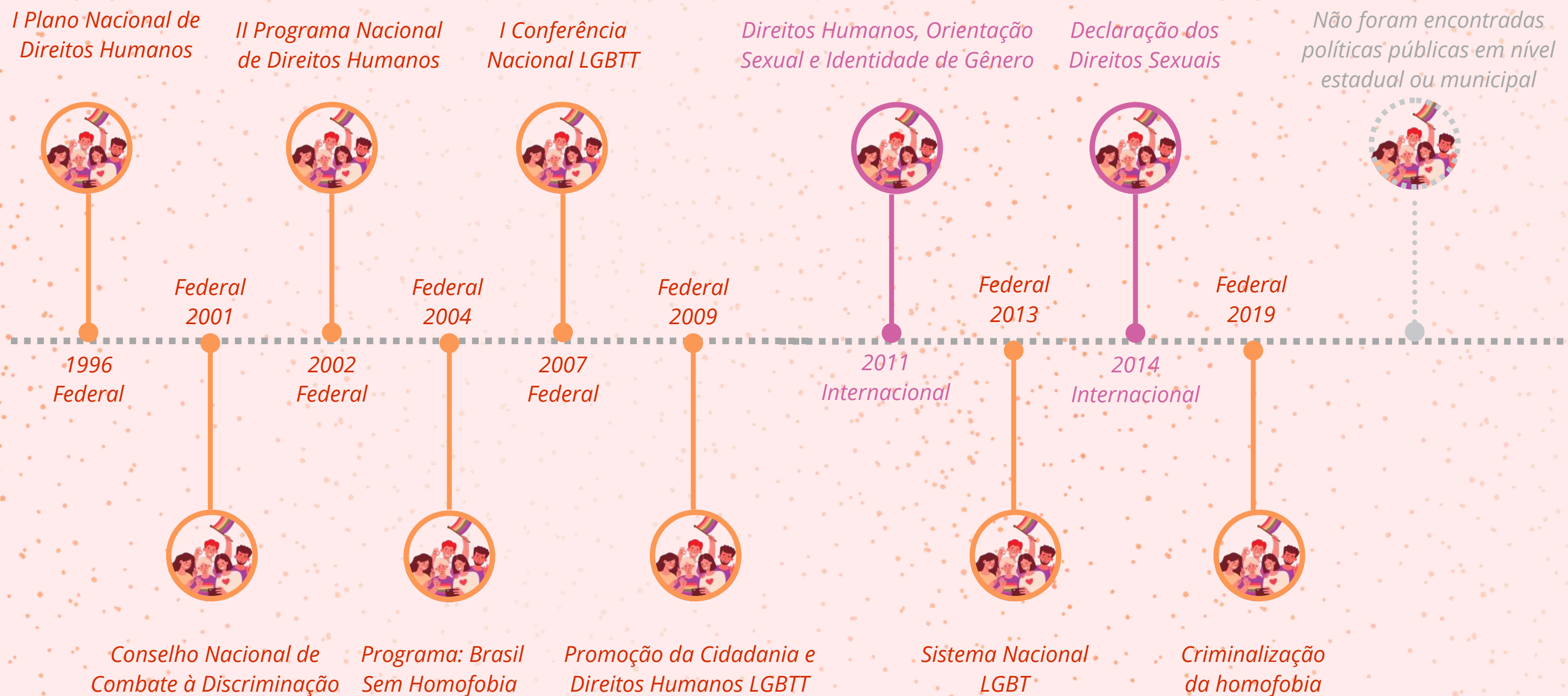
Figura 14 - Primeira parada LGBT



Fonte: Jesus, 1995

A Linha do Tempo de Políticas e Direitos LGBTQI+ foi baseada em informações públicas relativas à cidadania LGBTQI+ no Brasil (figura 15). Foi possível perceber, com base nas conquistas pontuadas, que o cenário nacional atual ainda passa longe do ideal para garantir igualdade a todos sem distinção com base na identidade de gênero ou orientação sexual. Porém, ao observar o estado de Rondônia e a cidade de Vilhena o cenário de negligência se torna mais grave. Com base no “Mapeamento de Políticas Públicas LGBTI+ nos Governos Estaduais e Distrito Federal” (Silva et al, 2022), atualmente, não existem registros referentes ao estado de Rondônia da existência de normativas e políticas públicas para a comunidade LGBTQI+ nos níveis estaduais ou municipais.

Figura 15 - Panorama de Políticas Públicas



5.3 Estudos de caso

Um dos primeiros registros históricos de uma casa de acolhimento voltada a ofertar assistência de moradia para pessoas LGBTQI+ aconteceu em Berlim, na Alemanha. O denominado “Instituto para Estudos da Sexualidade” (figura 16), foi fundado no ano de 1919 e combinava estudos com serviços de atendimento, dentre suas atividades, ele recebia pessoas LGBTQI+ desamparadas (Quinalha, 2022).

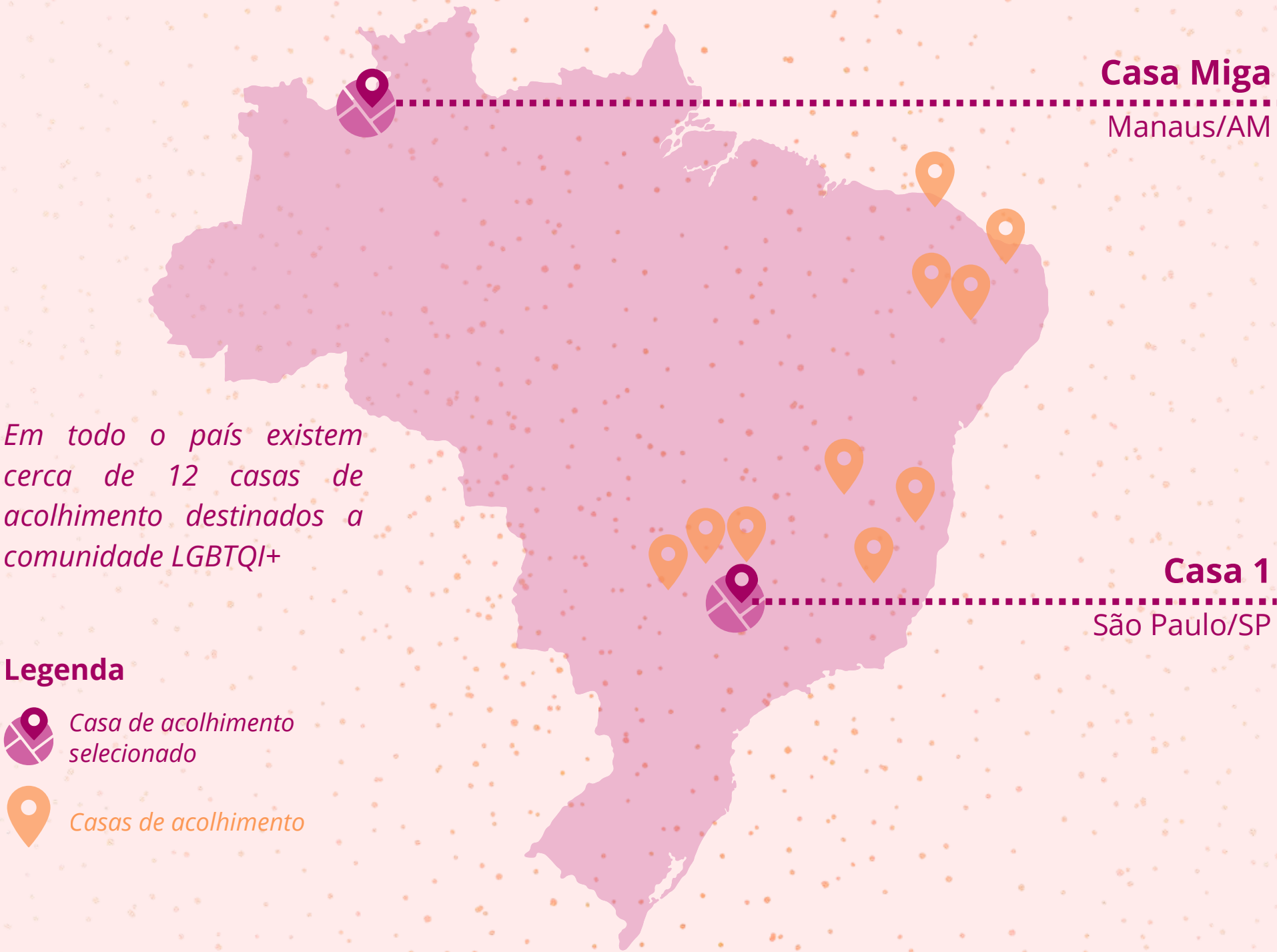
Figura 16 - Instituto para Estudos da Sexualidade



Fonte: Revista Híbrida, 2019

Atualmente, existem cerca de doze casas de acolhimento espalhadas por todo o país. Para desenvolvimento desse projeto, foram realizados estudos de caso das casas destacadas, (figura 17), a Casa 1 e a Casa Miga.

Figura 17 - Mapa de localização casas de acolhimento



Fonte: Autor, 2026





Casa 1 – Clínica social

Fonte: Casa 1, SD.



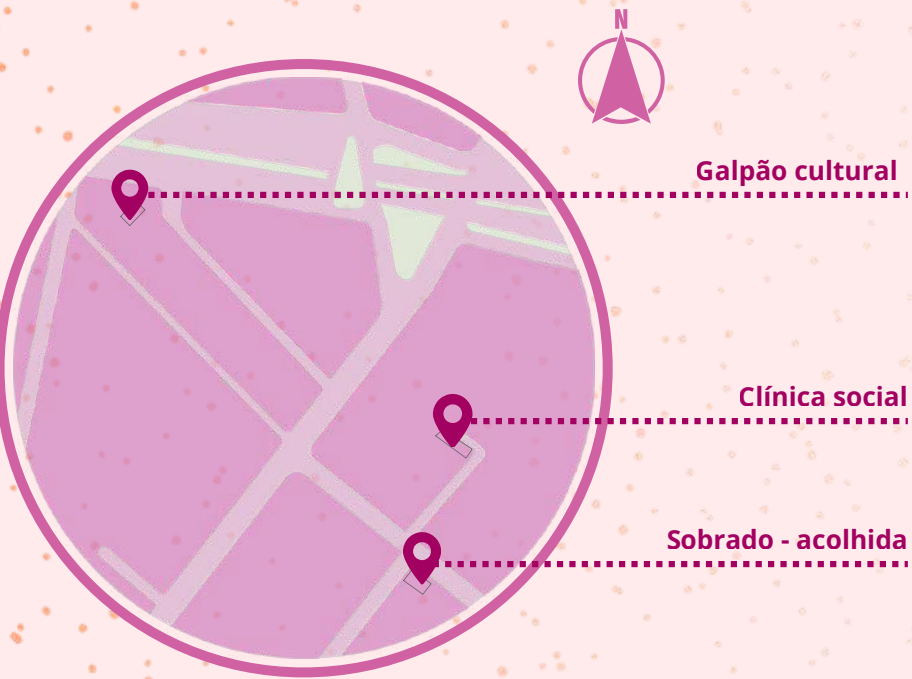
Casa 1- Sobrado de acolhimento

Fonte: Casa 1, SD.

5.3.1 Casa 1

A Casa 1 consiste em um complexo de acolhimento, totalmente voltado a ofertar assistência e acolhida para pessoas LGBTQI+ em situação de instabilidade de moradia, com maior enfoque em jovens em uma faixa etária entre 18 e 25 anos. Fundada no ano de 2017, vem funcionando fruto de uma iniciativa civil e com auxílio financeiro de doações e campanhas. Está localizada no estado e município de São Paulo, bairro Bixiga, na região central da cidade, (Figura 18).

Figura 18 - : Casa 1 - localização



Fonte: Coletivo DIVHA, adaptado pelo autor, 2025

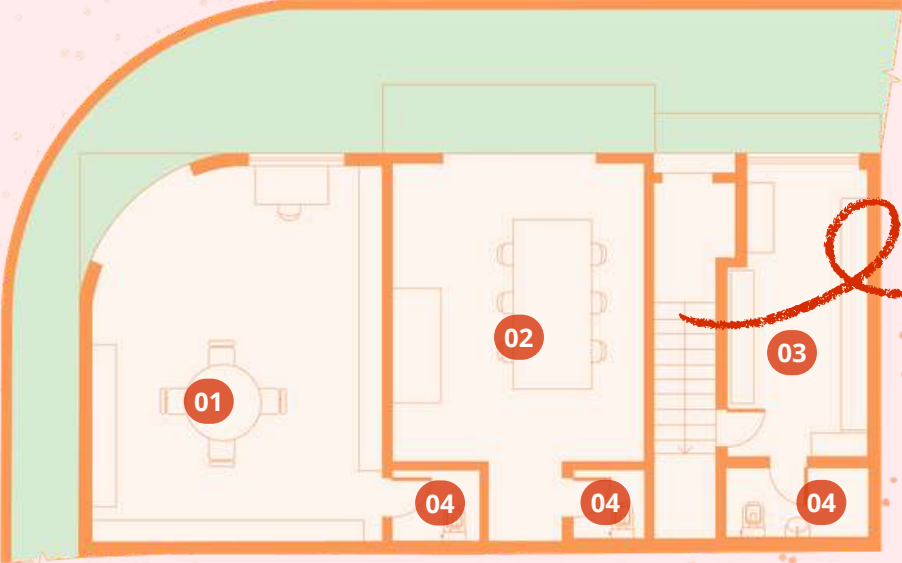
Essa instituição é um caminho para assegurar a dignidade e o bem-estar das pessoas recebidas por ela, tudo isso de maneira transparente e, fruto do trabalho de uma equipe de vinte pessoas que subdividem seus serviços em três vertentes: institucional, psicossocial e educacional e cultural (Figura 19). A casa funciona abrigando jovens em um período de quatro meses, em 20 (vinte) vagas simultâneas, oferecendo

transporte e alimentação. Contudo esse processo de acolhida permite o acesso a outros serviços, dentre eles: terapia, clínica social, biblioteca, plantão de currículos, quando necessário retorno para os estudos e, regularização de documentos.

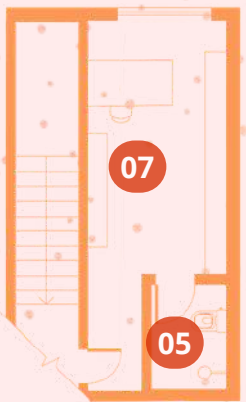
Figura 19 - Casa 1: acolhimento

Sobrado - Casa de acolhimento

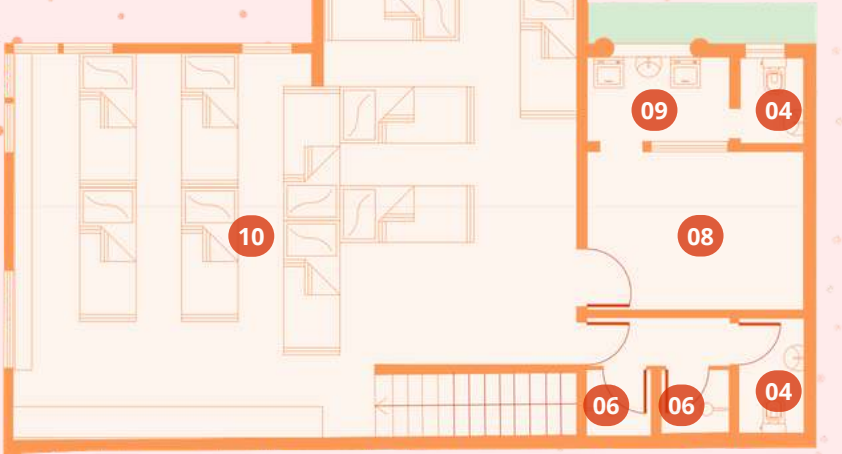
Pavimento térreo



Mezanino



1º Pavimento



Legenda - Ambientes

- | | | |
|---------------------------|-----------------------------|--------------------|
| 01 Biblioteca comunitária | 05 Banheiro | 08 Cozinha |
| 02 Agência | 06 Chuveiro | 09 Área de serviço |
| 03 Paliativo | 07 Atendimento/almox./desp. | 10 Dormitório |
| 04 Lavabo | | |

Fonte: Autor, 2026

O segundo local incorporado à instituição foi o galpão cultural, uma expansão voltada para engajar a comunidade LGBTQI+ na região por meio de salas e ateliês. A última intervenção foi a clínica social que oferta atendimentos psicoterapêuticos de maneira social. Esses espaços funcionam de maneira totalmente gratuita e possuem acessos separados para determinar a entrada do fluxo social e o de moradia, destinados apenas aos residentes temporários do espaço (figura 22).

Figura 22 - Atividades culturais

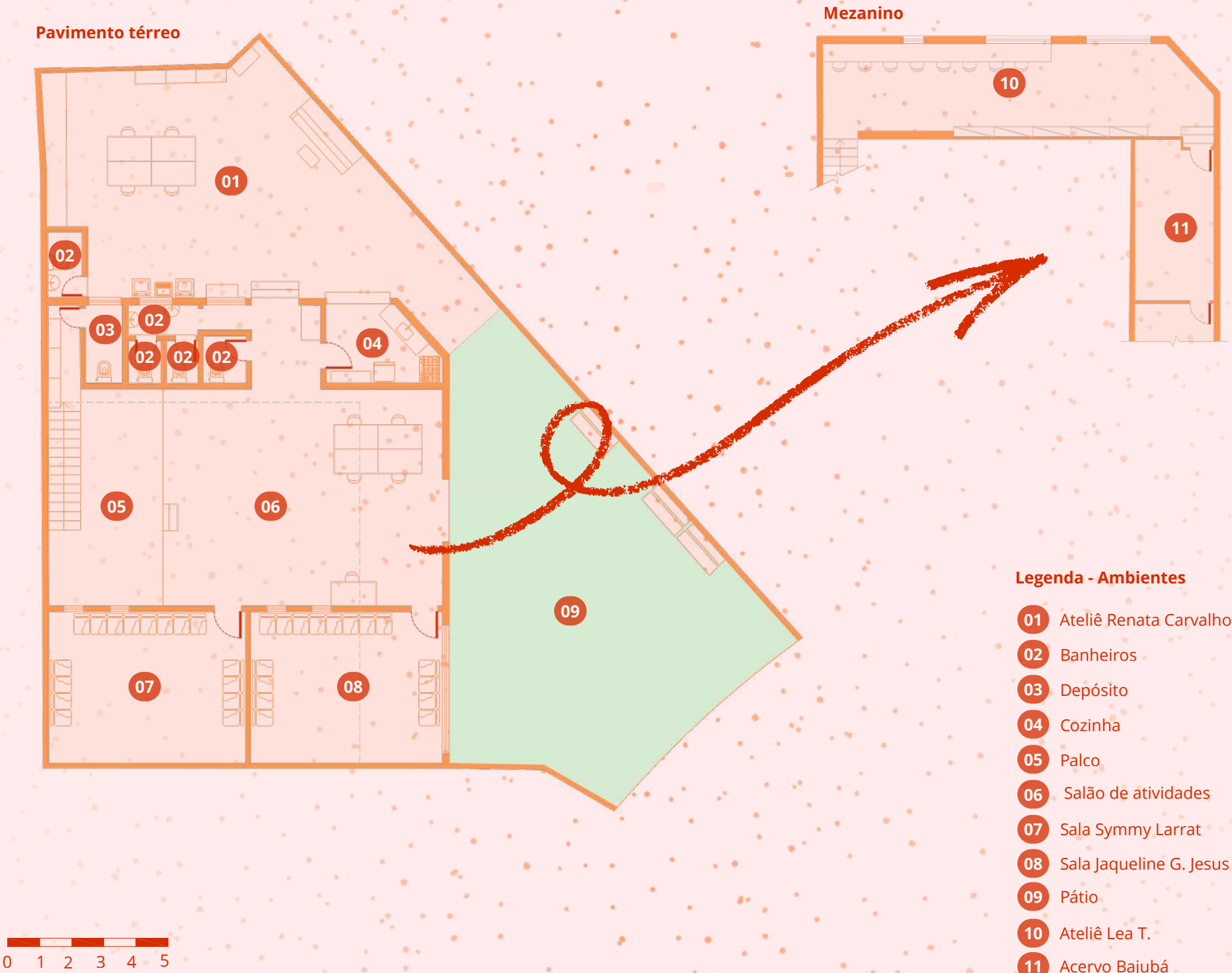


Fonte: Casa 1, 2024

Infelizmente, em decorrência da ausência de assistência governamental, a Casa 1, um dos centros de acolhimento considerados de referência no país, enfrenta dificuldades financeiras que estão forçando o movimento a cessar alguns dos serviços ofertados pelo complexo. O que, possivelmente, pode exigir o encerramento de todas as atividades desenvolvidas pela casa.

Figura 20 - Casa 1: galpão cultural

Galpão cultural

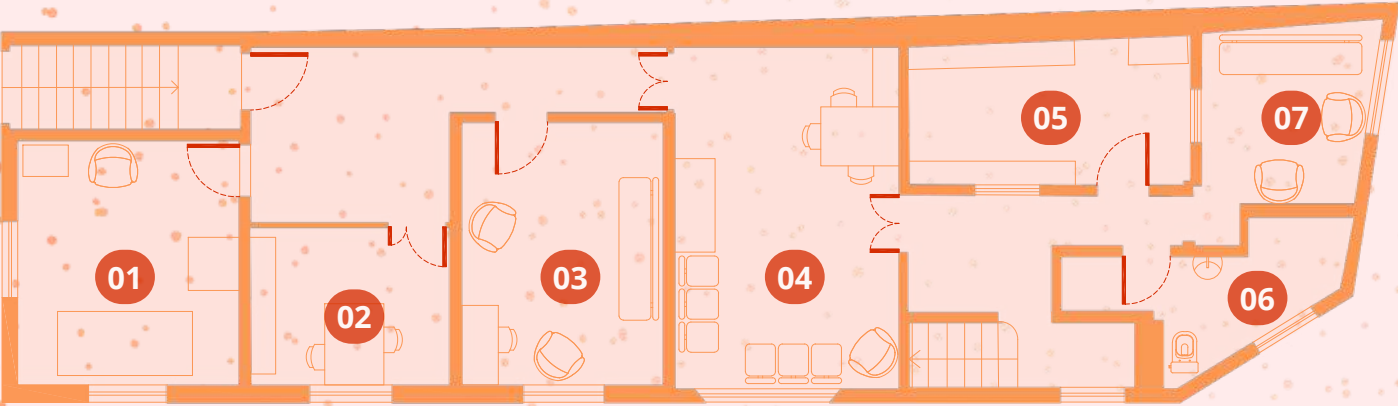


Fonte: Autor, 2026

Figura 21 - Casa 1: Clínica social

Clínica social

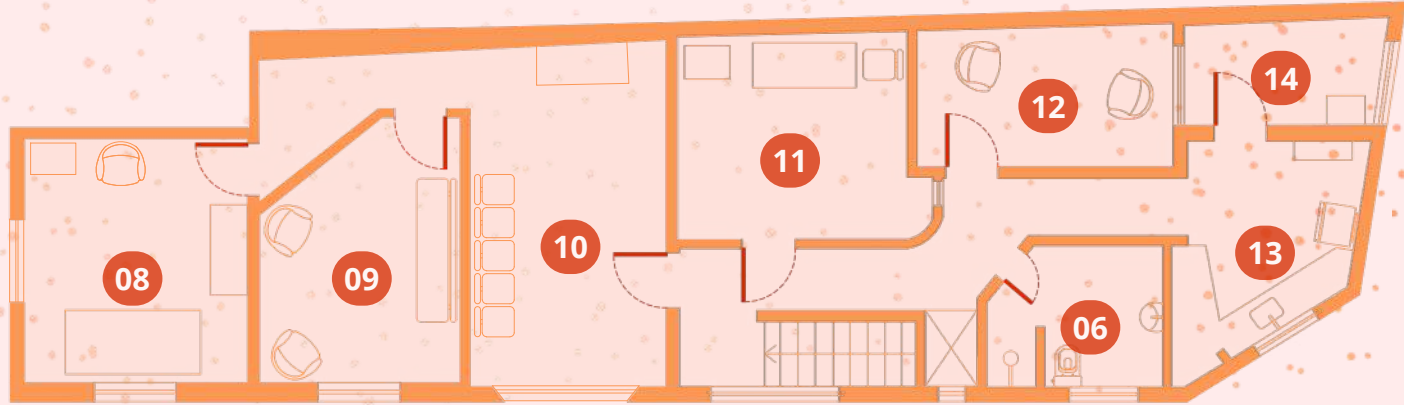
Pavimento térreo



Legenda - Ambientes

- 01 Sala Phedra de Cordoba
- 02 Sala PrEP
- 03 Sala Rosely Roth
- 04 Recepção
- 05 Arquivo
- 06 Banheiro
- 07 Sala Érika Hilton
- 08 Sala Cassandra Rios
- 09 Sala Vange Leonel
- 10 Espera
- 11 Sala Cláudia Celeste
- 12 Sala Suzane Jardim
- 13 Cozinha
- 14 Área de serviço

1º Pavimento



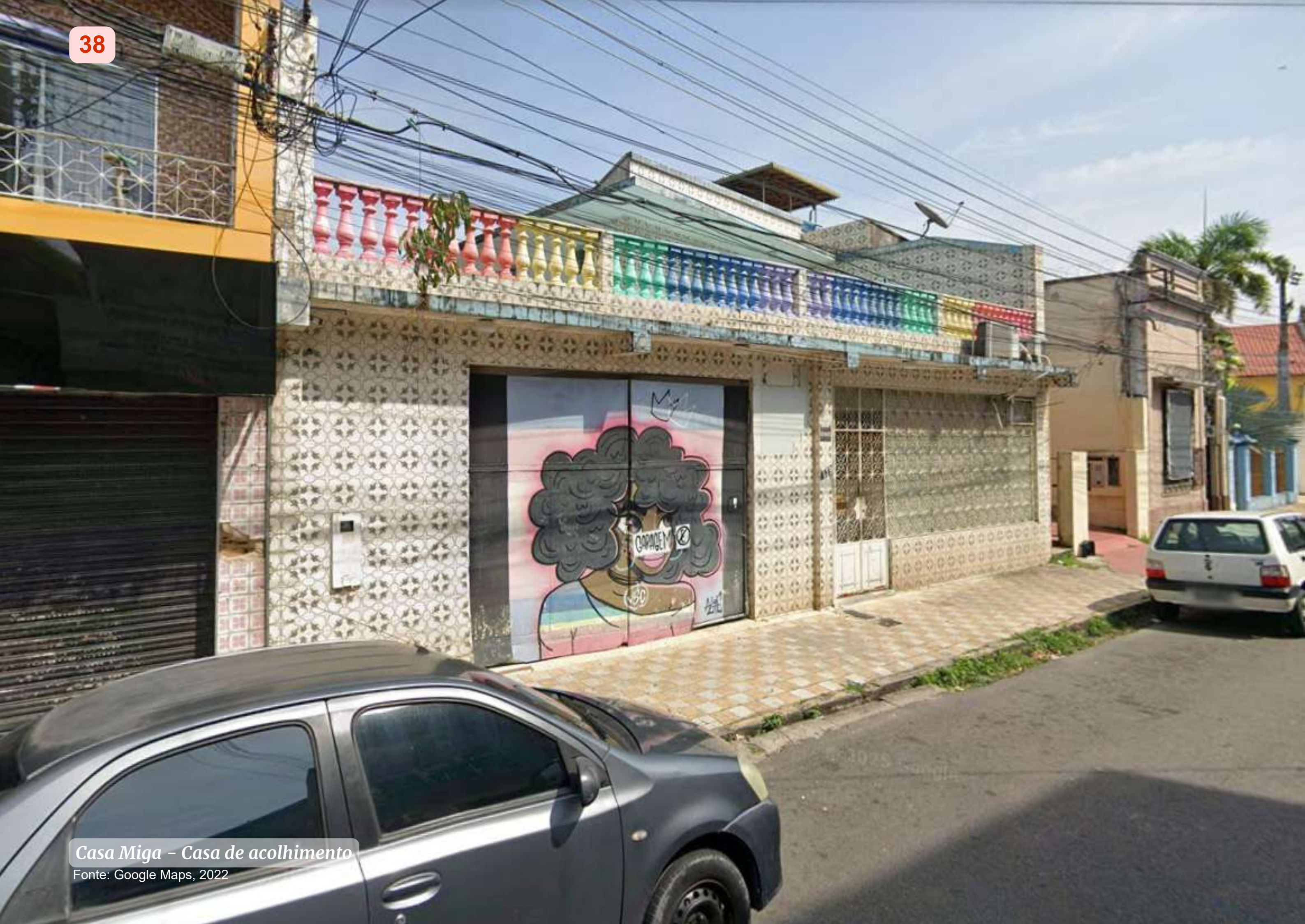
Fonte: Autor, 2026

Algumas atividades desenvolvidas pelo complexo de acolhimento podem ser vistas na figura 23.

Figura 23 - Atividades - Casa 1



Fonte: Organizado pelo autor, Casa 1, 2026



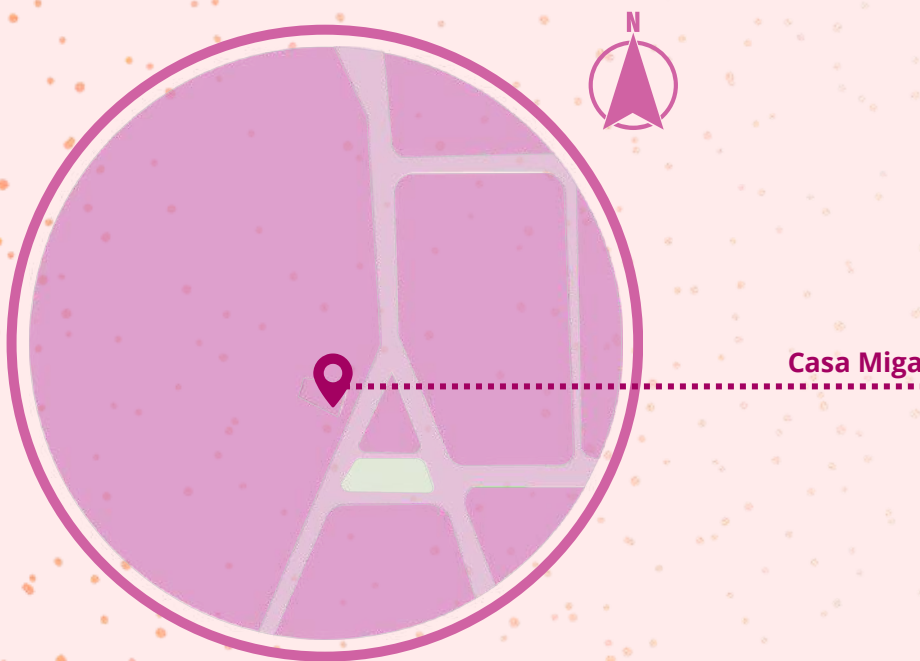
Casa Miga – Casa de acolhimento

Fonte: Google Maps, 2022

5.3.2 Casa Miga

A Casa Miga representa a primeira e, até o presente momento da pesquisa, única casa de acolhimento LGBTQI+ na região Norte do país e está localizada em Manaus, no estado do Amazonas (figura 24). É fruto do trabalho do coletivo “Manifesta LGBT+, uma organização civil que tem como objetivo propor soluções eficazes para as pessoas LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade social, principalmente jovens em situação de insegurança de moradia ou que tenham sido expulsos de suas residências:

Figura 24 - Casa Miga localização



Fonte: Autor, 2026

“O estopim para a criação da Casa Miga foi o caso de uma mulher trans próxima ao coletivo, que teve suas roupas queimadas ao ser expulsa de casa. Esse episódio doloroso nos mostrou que não podíamos mais esperar: era preciso agir” (Casa Miga, 2018).

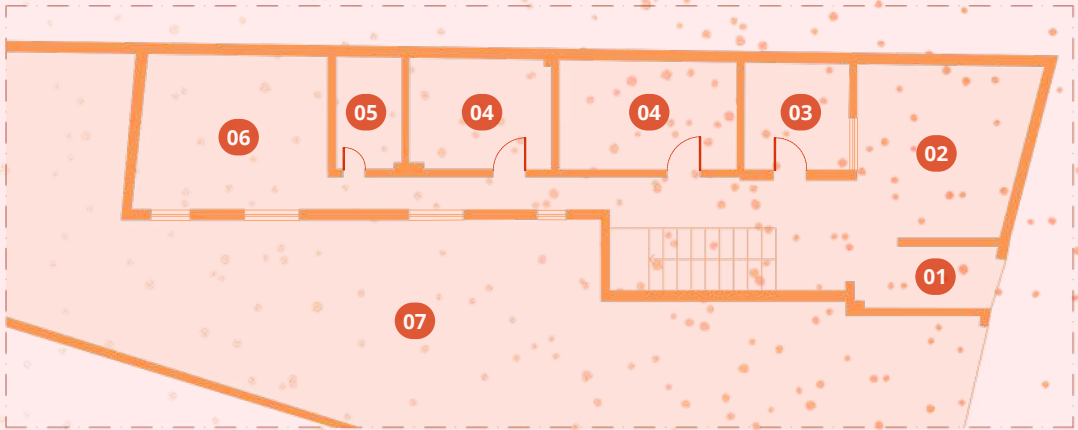
Em pleno funcionamento desde 2018, segue suas atividades sem receber nenhum incentivo ou apoio do poder público, a casa de acolhimento já atendeu mais de 500 (quinhentas) pessoas, e visa ofertar mais que residência temporária, mas, um espaço que permita que essas pessoas se reestruturarem, reinventem e, cometam o ato político de resistir. Além de residência, a instituição oferta serviços com objetivos diversos: para propagar segurança alimentar (feirinhas), cursos profissionalizantes (capacita amiga), atendimento social (acompanhamento psicológico e de serviço social) e ações de conscientização sexual.

A Casa Miga, figura 25, funciona em um imóvel alugado próximo ao centro da cidade, de dois pavimentos onde no térreo estão situados cômodos sociais, operacionais e administrativos e, no primeiro pavimento estão as instalações de acolhimento, com dois quartos unissex que comportam seis pessoas cada um deles. Contudo, é visível como a instituição sofre com a desorganização e o despreparo do imprevisto. Lidando com as seguintes questões: poucos espaços para ventilação natural, mau aproveitamento do layout e ausência de estratégias que se adequem ao clima da região norte.

Figura 25 - Casa Miga: Acolhimento

Casa Miga - Acolhimento

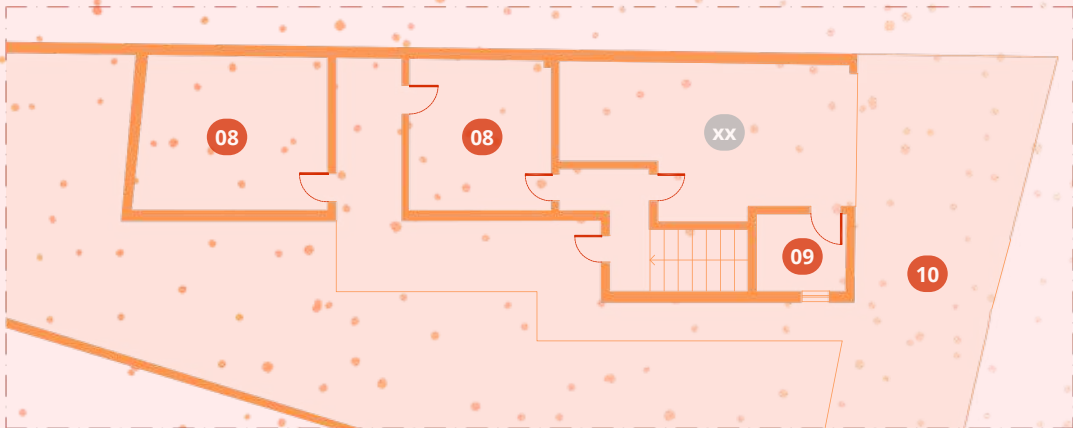
Pavimento térreo



Legenda - Ambientes

- 01 Entrada
- 02 Sala íntima
- 03 Administração
- 04 Sala de informática
- 05 Despensa
- 06 Cozinha
- 07 Área aberta
- 08 Dormitórios Unissex
- 09 Banheiro
- 10 Varanda Miga
- xx Não identificado

1º Pavimento



Fonte: Autor, 2026

Algumas atividades desenvolvidas pelo complexo de acolhimento podem ser vistas na figura 26.

Figura 26 - Atividades Casa miga



Fonte: Organizado pelo autor, Casa Miga, 2026

5.3.4 CASAS QUE ACOLHEM

Os movimentos LGBTQI+ se envolvem constantemente em luta por direitos, dentre eles se destaca o de moradia. As casas de acolhimento voltadas para as pessoas pertencentes a essa comunidade são uma contrapartida para a insegurança de moradia enviesada pela LGBTfobia estrutural. Quando o lar originário exclui essas pessoas, as casas as acolhem e oferecem caminhos para seu restabelecimento em sociedade.

Historicamente, essas instituições surgem e se mantêm de maneira improvisada. Contudo, os estudos de caso desses lugares são essenciais para compreender o seu funcionamento, porte e o que elas ofertam. A partir da análise das casas de acolhimento “Casa 1” e “Casa Miga”, foi construído um comparativo que funciona como guia para formular as bases do programa de necessidades da casa de acolhimento “Pertencer” na cidade de Vilhena, Rondônia (Quadro 04).

Quadro 04 - Análise comparativa

Casas que acolhem: análise comparativa			
Parâmetro	 Casa 1	 Casa Miga	O que será referência?
Nº de habitantes da cidade	São Paulo, SP 1.145.199 pessoas	Manaus, AM 2.063.689 pessoas	Vilhena, RO 109.651 pessoas
Capacidade da casa de acolhimento	20 vagas simultâneas	12 vagas simultâneas	Com base na PL 1.316, de 2024 o município se qualifica, inicialmente podem ser 10 vagas iniciais
Casa de acolhimento (m²)	Aproximadamente A= 240,0m²	Aproximadamente A=230,0M²	Ambas as casas possuem dimensões semelhantes, e as dimensões serão melhor estabelecidas com o programa
Possui espaço de capacitação?	Não, não possui	Sim, possui espaços de informática	Com base nas necessidades da cidade, não é uma prioridade inicial
Possui espaço de interação cultural?	Sim, um galpão focado nisso	Sim, uma área aberta usada pra isso	É uma das necessidades iniciais para a casa de acolhimento
Possui clínica social?	Sim, uma clínica separada	Não, não possui, apenas direciona	É uma das necessidades iniciais para a casa de acolhimento
Espaço único? Ou funciona em mais de um espaço?	Se trata de um complexo de acolhimento	É um espaço único com dois pavimentos	Existe a possibilidade de trabalhar com espaços separados entre: acolhimento e cultural

Fonte: Autor, 2026

6. Considerações parciais

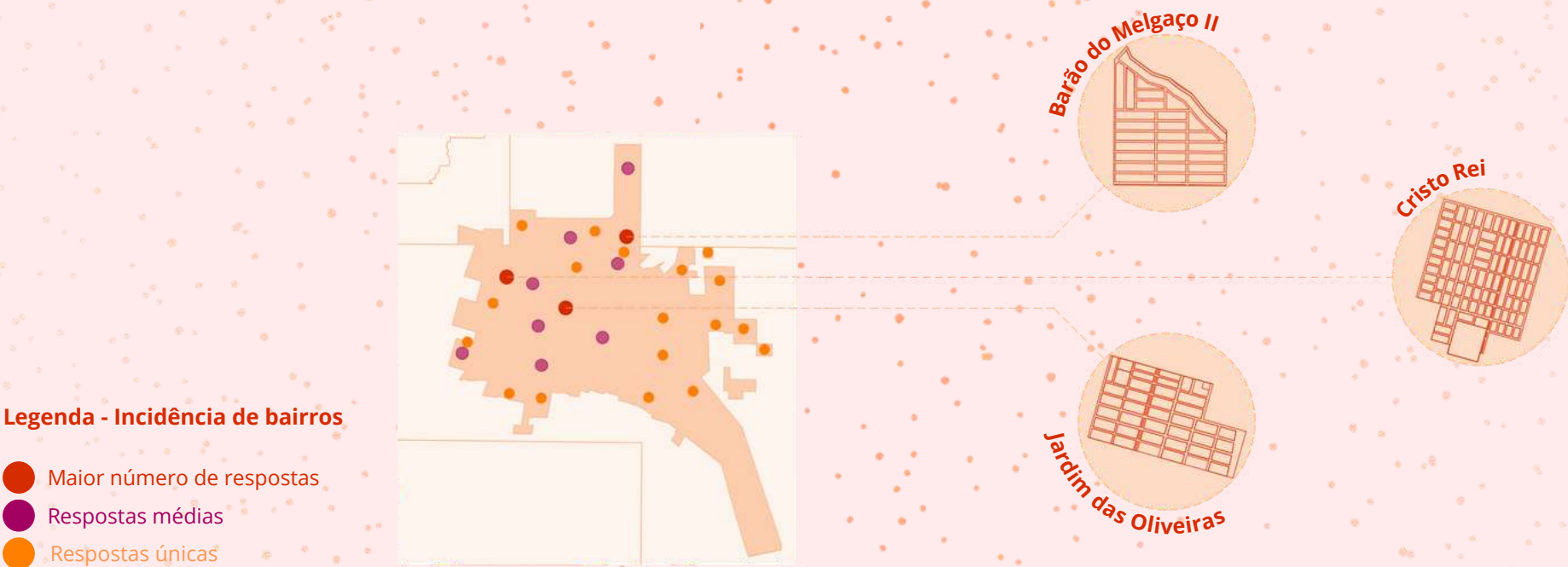


Está pesquisa teve como objetivo o de colaborar nas pautas que tratam da relação entre pessoas LGBTQI+ e o acesso a sua cidadania plena. Infelizmente, foi constatado por meio do panorama de políticas públicas que a existência de normativas destinadas a garantir direitos e proteger a comunidade LGBTQI+ é um cenário nada ideal. Isso se torna ainda mais visível nos níveis municipais e estaduais, onde, tais normativas são inexistentes. Por mais que as adversidades que atingem esse grupo sejam notórias, o Estado observa essa situação como um expectador e não como agente solucionador. E, iniciativas civis como o DIVHA se movimentam para tentar suprir esse papel e propor caminhos para trazer visibilidade para a comunidade LGBTQI+ dentro do estado de Rondônia e do município de Vilhena.

Como constatado no questionário sociodemográfico, uma das possíveis ações mitigadoras para solucionar essa questão seria a criação de espaços destinados a incluir e trazer empoderamento para a comunidade LGBTQI+. Com base nesse mesmo formulário (figura 27), é possível visualizar como essas pessoas estão distribuídas dentro da cidade. Assim, pensando em uma segunda etapa da pesquisa voltada para a concepção arquitetônica de um desses espaços, é possível identificar os bairros de maior incidência para pensar onde situá-lo. Sendo eles: Cristo Rei, Jardim das Oliveiras e Barão do Melgaço II. Após uma breve busca, foi selecionado um terreno próximo ao Jardim das Oliveiras, no bairro Jardim América.

Os estudos de caso incluídos nessa pesquisa e a análise sociodemográfica da comunidade, mostraram duas tipologias arquitetônicas que, se alinham com duas necessidades latentes da cidade: espaços que acolham e gerem segurança (casa de acolhimento) e espaços que promovam convivência social (espaço cultural).

Figura 27 - LGBTQI+ por bairros na cidade de Vilhena



Fonte: Prefeitura de Vilhena, adaptado pelo autor, 2026

Quadro 05 - Programa de necessidades arquitetônico

Programa de necessidades - 1ª Versão	
Casa de acolhimento – Com base: PL Nº 1.316/2024	Espaço cultural – Com base: Casa 1
Área de recepção e triagem	Área de recepção para eventos
Sala de atendimento psicológico e social	Ateliês e salas de produção
Espaço para orientação jurídica e advocacia	Espaço aberto para - feirinhas, festivais e entre outros
Ambulatório para atendimento emergencial	Palco para ensaios e apresentações
Alojamentos temporários	Salas multiusos (para aulas)
Espaço de capacitação profissional	Espaço para leitura e acervo literário
Além dos cômodos mencionados acima, ambos os programas incluem: banheiros, lavabos, ambientes administrativos, cozinha e espaço de consumação de alimentos.	

Fonte: Autor, 2026

FERRO'S BAR,
DIA 19 DE AGOSTO:
UMA VITÓRIA CONTRA
O PRECONCEITO



CASO:



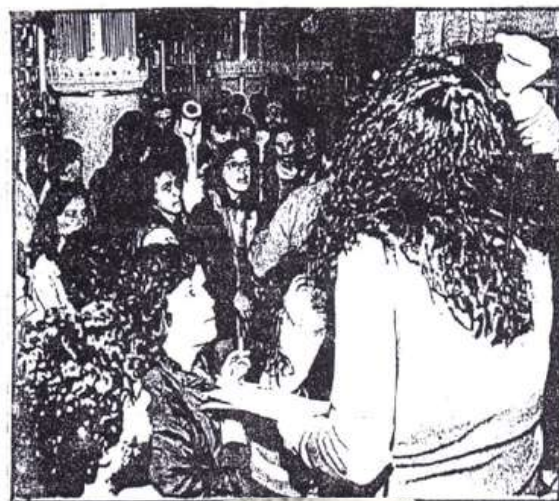
43

É A PIOR E MAIS TERRÍVEL DOENÇA DO
SÉCULO - DOIS BRASILEIROS MORTOS
PESTE-GAY
JÁ APAVORA
SÃO PAULO

1984
ANO GAY
"GGB"



FERRO'S BAR,
DIA 19 DE AGOSTO:
UMA VITÓRIA CONTRA
O PRECONCEITO



CASO:

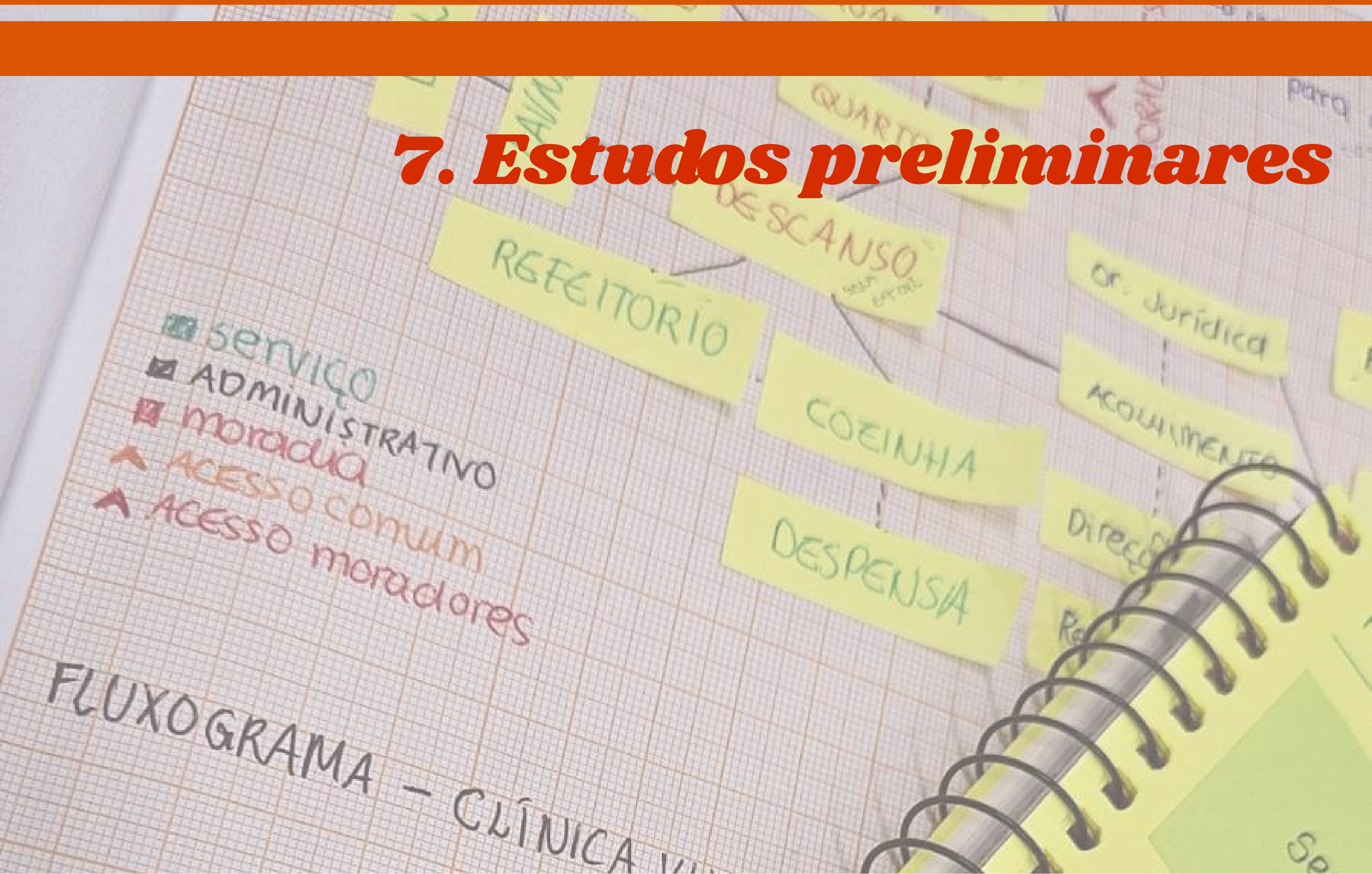


É A PIOR E MAIS TERRÍVEL DOENÇA DO SÉCULO - DOIS BRASILEIROS MORTOS
PESTE-GAY
JÁ APAVORA
SÃO PAULO

1984
ANO GAY
"GGB"



7. Estudos preliminares



7.1 Pensando o complexo de acolhimento

Os estudos de caso mencionados evidenciam as complexidades das casas de acolhimento no país. Nascidas de um misto de necessidade e improviso, infelizmente, é difícil apontar uma casa de acolhimento que seja modelo por responder todas as demandas necessárias.

Outro pilar para montar um projeto que responda às necessidades da cidade de Vilhena/RO foram os dados da pesquisa sociodemográfica da população LGBTQI+, onde foi possível ver que as demandas da cidade são multifacetadas. Ao responder a pergunta “Como você gostaria que Vilhena fosse em relação à comunidade LGBTQI+?” temos que:

1ª resposta:

“Enquanto profissional da saúde, entendo que uma das maiores contribuições de política pública para população geral, sobretudo lgbt+, **vem através de campanhas de promoção efetiva da saúde.** [...]” (Informação verbal, Coletivo DIVHA, 2025)

2ª resposta:

“Eu gostaria que houvesse mais espaços destinados a comunidade, **espaços onde pudessemos nos encontrar com amigos, realizar eventos e até mesmo conhecer outros da comunidade.**” (Informação verbal, Coletivo DIVHA, 2025)

3ª resposta:

“[...] **Campanhas para acolhimento de jovens expulsos de casa por pertencer a sigla, campanhas para os colocarem no meio de trabalho** para q tenham condições, atividades de lazer para q se sintam parte.”(Informação verbal, Coletivo DIVHA, 2025)

Entre dezenas de respostas, esses três fragmentos evidenciam bem a diversidade nas carências da comunidade podemos classificá-las em necessidades de: **saúde**, **cultura** e **moradia**. Nessa perspectiva, para atender todas essas nuances, a ideia de montar um **complexo de acolhimento** se fortalece. A pesquisa propõe um espaço que seja pensado para essas pessoas que, em um momento de fragilidade, encontrem um lar.

7.1.1 Para quem?

Esse projeto é voltado para promover a inclusão da comunidade LGBTQI+ com o restante da sociedade de Vilhena, trazendo empoderamento, segurança e viabilizando um caminho para que essas pessoas alcancem estabilidade novamente.

A parte do complexo destinado a moradia tem como principal objetivo ofertar residência temporária para pessoas que estejam sofrendo com insegurança de **moradia**, por exemplo, expulsão de casa. Os espaços voltados para **saúde** é para usufruo de todas pessoas pertencentes à comunidade mesmo que não estejam hospedados na casa de acolhimento, ofertando atendimento e conscientização. Agora, o último espaço, focado em **cultura**, é para toda a população, seja LGBTQI+ ou não, de modo a promover caminhos para que essas pessoas possam se inserir junto a comunidade vilhenense, isso por intermédio de eventos, minicursos e outras atividades similares.

7.2 Programa de necessidades

Os ambientes foram pensados a fim de montar um espaço que não oferte apenas acolhimento, mas serviços especializados e lazer. Assim, o programa está sub-divido nos três eixos mencionados anteriormente: **saúde**, **cultura** e **moradia** (quadros 06, 07 e 08).

Quadro 06 - Programa de necessidades - Saúde

Saúde: espaço para ofertar atendimento especializado e campanhas voltadas para a comunidade LGBTQI+ em Vilhena/RO

Salas de atendimento psicológico: destinados a ofertar atendimento de pessoas LGBTQI+, comportando de duas a três pessoas simultaneamente.

Consultório médico: oferta consultas com horários agendados, o atendimento será feito por um médico da família, terá uma maca para exames rápidos.

Enfermaria: espaço onde as pessoas podem receber medicação por um período de tempo mais prolongado, deve ter de uma a duas macas.

Farmácia: armazenagem e distribuição de remédios para pessoas que recebem atendimento e tratamento na clínica social.

Recepção: responsável pelo controle e agendamento das pessoas que usarão dos serviços da clínica, terá também algumas cadeiras para “espera”.

Descanso: para funcionários exclusivamente, para que eles possam descansar entre os atendimentos.

Copa: com eletros que permitam esquentar as refeições dos funcionários da clínica.

Lavabos: todos os lavabos serão adaptados como PcD e, além disso, serão individuais e neutros, sem divisão de gênero e/ou sexo biológico.

Fonte: Autor, 2026

Quadro 07 - Programa de necessidades - Saúde

Cultura: espaço para promover eventos diversos, assim como minicursos, aulas e disponibilizar Ateliês para usos diversos.

Sala multiuso: espaço versátil para comportar aulas de diferentes naturezas, para que assim, o espaço também ofereça oportunidades de ensino.

Acervo literário: espaço para estudo, com estantes de livros, mesas e computadores para livre uso e acesso dos usuários do ponto de cultura.

Ateliê: espaço para expressões artísticas diversas, permitindo livre uso para trabalhos manuais.

Sala de uso livre: espaço amplo e de *layout* versátil para atividades diversas, por exemplo, aulas e apresentações de teatros de menor porte.

Administração DIVHA: o coletivo é um ponto de cultura, mas, ainda não possui sede. Esse espaço é destinado a sua administração.

Sala de reuniões: espaço para reuniões de organização interna do funcionamento do espaço cultural.

Lavabos: todos os lavabos serão adaptados como PcD e, além disso, serão individuais e neutros, sem divisão de gênero e/ou sexo biológico.

Depósito: Armazenagem de materiais diversos, deve ser amplo para guardar elementos de exposições.

DML: estoque de materiais destinados a limpeza.

Copa: elementos para permitir esquentar alguns alimentos.

Fonte: Autor, 2026

Quadro 08 - Programa de necessidades - Saúde

Moradia: destinado a acolhimento e residência temporária, oferta abrigo rotativo no período de até 6 (seis meses)

Direção da casa: administração da casa para assegurar o seu funcionamento.

Sala de reuniões: espaço para reuniões de organização interna do funcionamento do espaço cultural.

Triagem: acolhimento inicial de moradores, espaço para duas pessoas, assistente social e futuro morador.

Orientação jurídica: espaço para duas pessoas simultâneas, tem como objetivo orientar as pessoas para assegurar que seus direitos não sejam feridos.

Lavabos: todos os lavabos serão adaptados como PcD e, além disso, serão individuais e neutros, sem divisão de gênero e/ou sexo biológico.

Quartos: três quartos-suítes unissex no total, sendo um deles PcD, acolhem 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Cozinha: ambiente de preparo de refeições dos moradores e funcionários da casa.

Despensa: armazenagem de alimentos por meio de: estantes, prateleiras e geladeira.

DML: estoque de materiais destinados a limpeza, pode ser junto a lavanderia.

Lavanderia: área de serviço para lavar roupas.

Descanso: espaço de convívio e descanso dos moradores, pode ser interno e/ou externo

Fonte: Autor, 2026

7.3 Pré-dimensionamento

Após montar o programa de necessidades de todos os três setores do complexo de acolhimento, o próximo passo foi começar o pré-dimensionamento de todos ambientes. Essa etapa foi primordial para a seleção do terreno com as dimensões adequadas para comportar o projeto arquitetônico. No quadro 09, é possível ter uma noção aproximada das dimensões gerais que o complexo irá ter no final.

Quadro 09 - Pré-dimensionamento geral

Pré-dimensionamento	
Setor	Área (m²)
Acolhimento Casa Pertencer	≈ 149,00m²
Saúde Clínica Social - Viver	≈ 93,75m²
Cultura Ponto de Cultura - DIVHA	≈ 107,m²
Área total (estimada) = 397,00m²	

Fonte: Autor, 2026

Nos quadros 10, 11 e 12 é possível ver o pré-dimensionamento de cada setor de maneira individual.

Quadro 10 - Pré-dimensionamento - Clínica Viver

Pré-dimensionamento - Saúde - Clínica Social - Viver			
Setor	Ambiente	Descrição	Área (m²)
Atendimento psicológico	Sala de atendimento psicológico - 01	Poltronas, mesas e cadeiras	8,75m²
	Sala de atendimento psicológico - 02	Poltronas, mesas e cadeiras	8,75m²
Clínica geral	Consultório médico (médico da família)	Mesas, cadeiras e maca	8,75m²
	Enfermaria	Maca, biombo, farmácia, pia, mesa e cadeira	10,0m²
	Farmácia	Estantes, balcão e cadeira	7,50m²
Comum	Copa	Pia, geladeira, bancada e banquetas	6,0m²
	Lavabos PcD	Pia e vaso sanitário	12,0m²
	Recepção	Balcão, cadeiras e televisão	20,0m²
Funcionários	DML	Pia e vaso sanitário	2,40m²
	Descanso	Sofás, mesa de centro, banheiro, pia, microondas, fogão e frigobar	9,60m²
Clínica Social=			93,75m²
Observações: A clínica social foi dimensionada considerando o porte da cidade em que ela será alocada, visto que, quando comparada aos estudos de casos analisados, de cidades mais populosas.			

Clínica Social – Viver

A clínica social foi nomeada pelo nome “Viver”, para reforçar a importância da vida e, que existem diversas formas de viver. A clínica vem para promover saúde de maneira inclusiva, especializada e devidamente capacitada.

Quadro 11 - Pré-dimensionamento - Casa Pertencer

Pré-dimensionamento - Acolhimento - Casa Pertencer			
Setor	Ambiente	Descrição	Área (m²)
Administrativo	Recepção	Cadeiras, balcão e espera	9,0m²
	Direção da casa	Mesa para computador, cadeira ergonômica, cadeira, estantes e prateleiras	6,0m²
	Sala de reuniões	Mesa para seis pessoas, cadeiras e televisão	12,0m²
	Triagem/acolhimento	Cadeiras, mesas e estantes	6,0m²
	Orientação jurídica	Mesa, cadeira, estante de livro e gaveteiro	7,0m²
	Lavabo	Pia e vaso sanitário	2,90m²
	Loja/bazar	Espaço para armazenar as roupa como uma "loja"	10,0m²
	Almoxarifado/depósito	Estantes para armazenar doações	4,0m²
Moradia	Quarto unissex - 01	Duas beliches, guarda-roupa e banheiro	15,60m²
	Quarto unissex - 02	Duas beliches, guarda-roupa e banheiro	15,60m²
	Quarto unissex - (PcD)	Duas camas de solteiro, guarda-roupa e banheiro	17,0m²
	Espaço de descanso	Sofás, mesa de centro e televisão	9m²
Serviço	Cozinha	Pia, fogão e geladeira	7,60m²
	Refeitório	Mesas e cadeiras	15,0m²
	Despensa	Estantes e/ou armários	3,70m²
	DML	Estantes e/ou armários	4,0m²
	Lavanderia	Máquina de lavar, tanque, armários e estendal	4,50m²
Acolhimento =			149,0m²

Acolhimento – Casa Pertencer

Todos merecem ter o direito de ter um lugar para se encontrar e, mais que isso, **pertencer**. O programa foi pensado e dimensionado para não “apenas” abrigar essas pessoas mas, para trazer um senso de casa.

Quadro 12 - Pré-dimensionamento - Ponto de Cultura - DIVHA

Pré-dimensionamento - Cultura - Coletivo DIVHA			
Setor	Ambiente	Descrição	Área (m²)
Ensino	Salas multiuso - 01	Cadeiras de estudo, lousa branca e televisão	20,0m²
	Acervo literário	Estantes, computadores e mesas de estudo	25,0m²
Cultura	Ateliê	Mesas para corte e pintura, estantes e armários para armazenar materiais	30,0m²
	Pátio	Espaço aberto com bancos e vegetação	Aproximado
Administrativo	Administração DIVHA	Mesa para computador, cadeira ergonômica, cadeira, estantes e prateleiras	7,0m²
	Sala de reuniões	Mesa para seis a oito pessoas, cadeiras, projetor	7,40m²
Serviço	Banheiro	Banheiros neutros e PcDs com: vasos sanitários e pias	6,0m²
	Depósito	Estantes	5,40m²
	Copa	Balcão, eletros, pia e banquetas	3,0m²
	DML	Estantes e /ou armários (pode ser anexo ao depósito)	3,0m²
Espaço cultural=			107,0m²

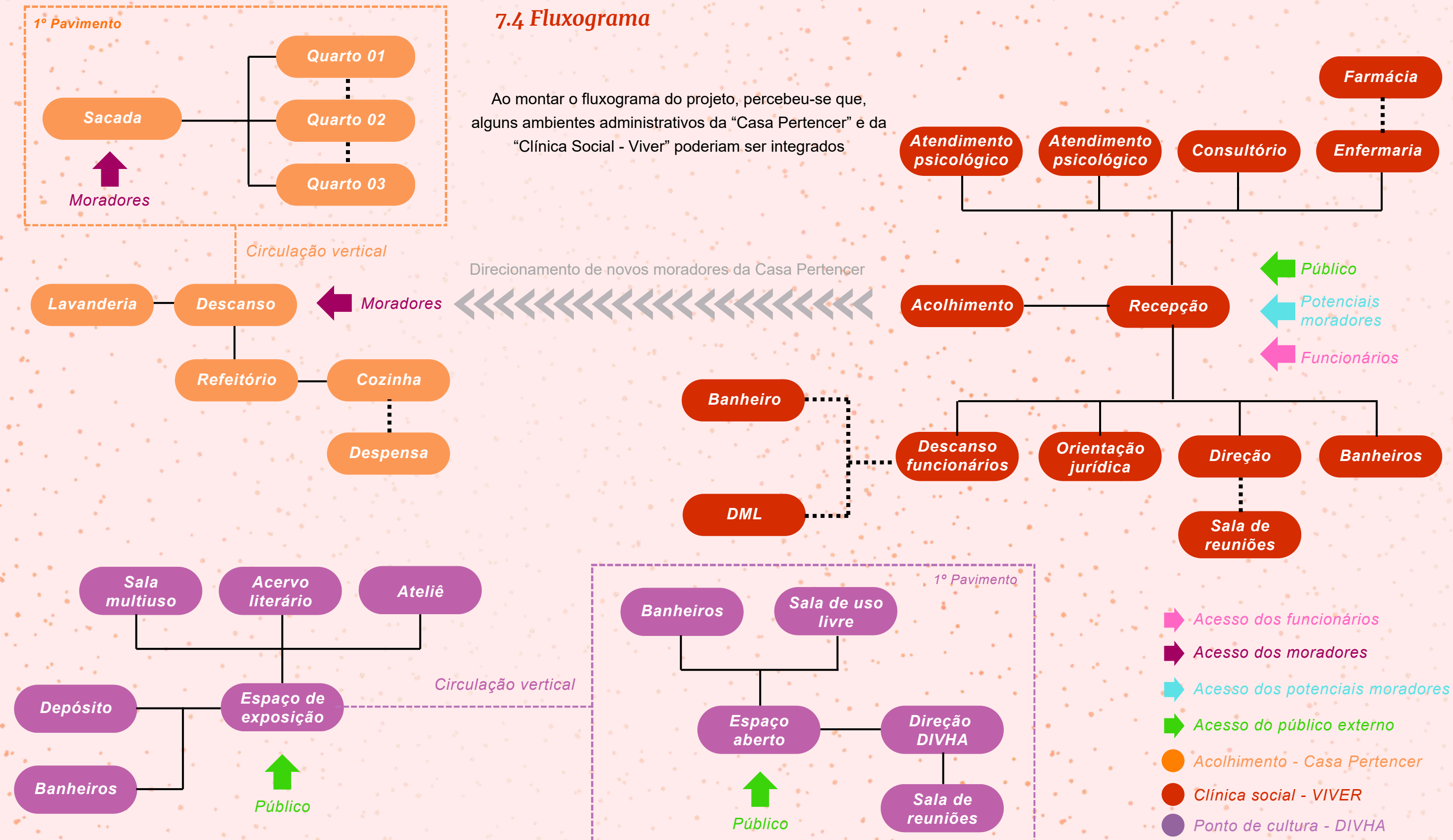
Observações: o galpão cultural foi pensado para ser um espaço de convívio cultural que permita a inclusão junto a comunidade, para além disso, será um espaço para funcionamento do coletivo de diversidade da cidade.

Cultura – Galpão Cultural DIVHA

Espaço com funcionamento independente do restante do complexo, voltado para o ensino, lazer e ponto cultural. O principal foco é propor atividades para toda a comunidade da cidade de Vilhena/RO.

7.4 Fluxograma

Ao montar o fluxograma do projeto, percebeu-se que, alguns ambientes administrativos da “Casa Pertencer” e da “Clínica Social - Viver” poderiam ser integrados



8. O terreno e o entorno



8.1 O terreno

Como o projeto é composto por três partes distintas, a seleção do terreno foi uma etapa meticulosa e de extrema importância. Levando em conta a legislação vigente para o município de Vilhena/RO, o terreno escolhido para o projeto se localiza no **setor 5 - bairro jardim américa, quadra 12, lotes 11 e 12**. Consultando a lei de zoneamento para esse setor, é possível verificar que ela se caracteriza como uma zona D RE (tipo 01) que, por mais que seja **residencial**, permite a presença de algumas atividades estas, que se alinham com as necessidades do projeto.

Figura 28 - Localização do terreno



Fonte: Prefeitura de Vilhena, adaptado pelo autor, 2026

É possível afirmar que o terreno possui uma topografia relativamente plana, porém será necessário fazer alguns serviços de corte e aterro, assim como a limpeza do terreno para dar início a obra. O terreno contém também uma pequena árvore que será realizada a retirada, uma vez que, após visita *in loco* (figura 29), constatou-se que ela não está em bom estado.

Figura 29 - Imagens do terreno

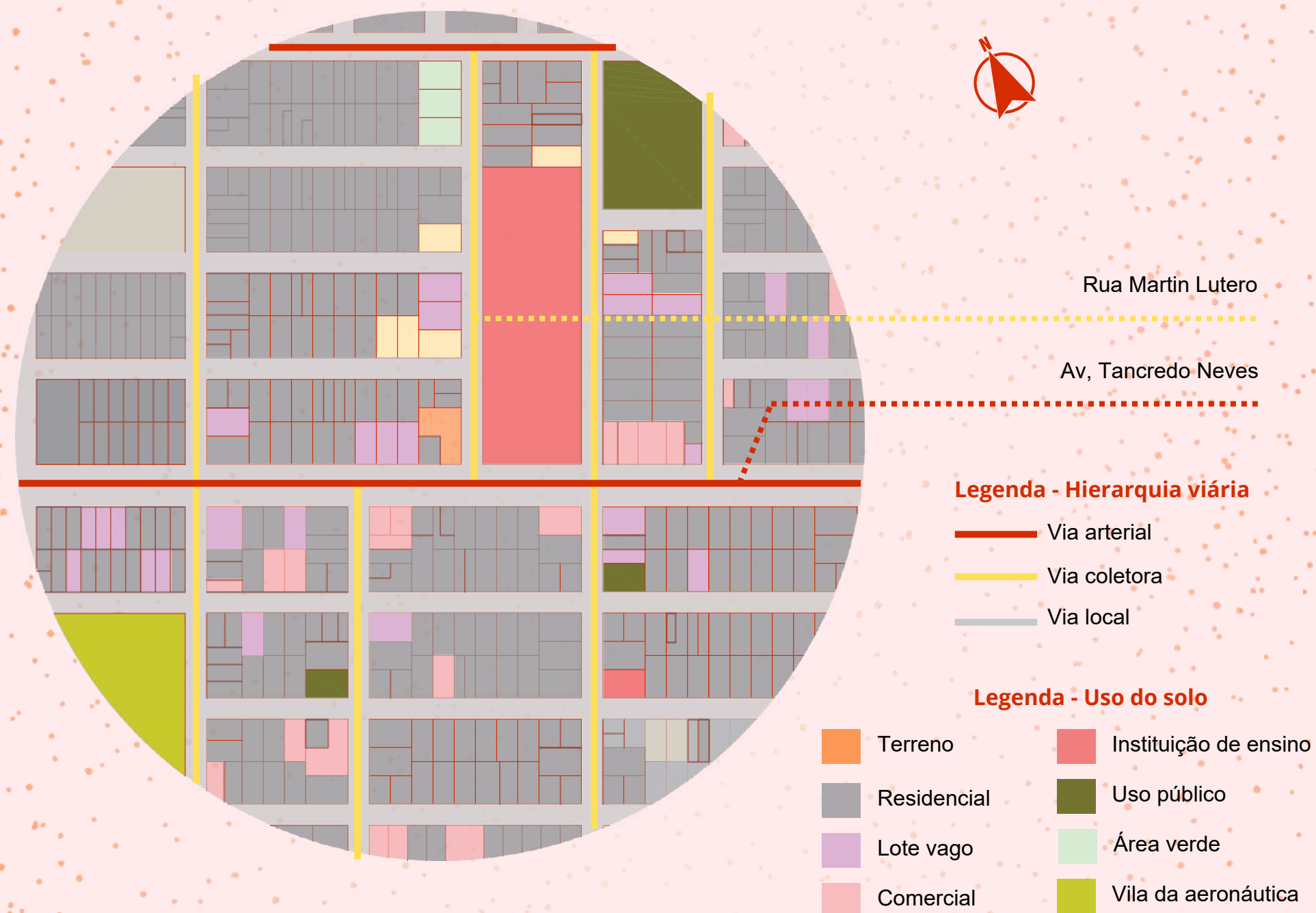


Fonte: Acervo do autor, 2026

8.2 Sobre o entorno do terreno

O terreno está localizado em um bairro predominantemente residencial, contudo, o zoneamento do setor 5 - Jardim América permite que existam outros usos nesse espaço. Como a edificação se situa num terreno de esquina, existem duas possibilidades de fachada. Como a Av. Tancredo Neves se caracteriza como uma via arterial, o ponto cultural foi posicionado para essa frente. Já

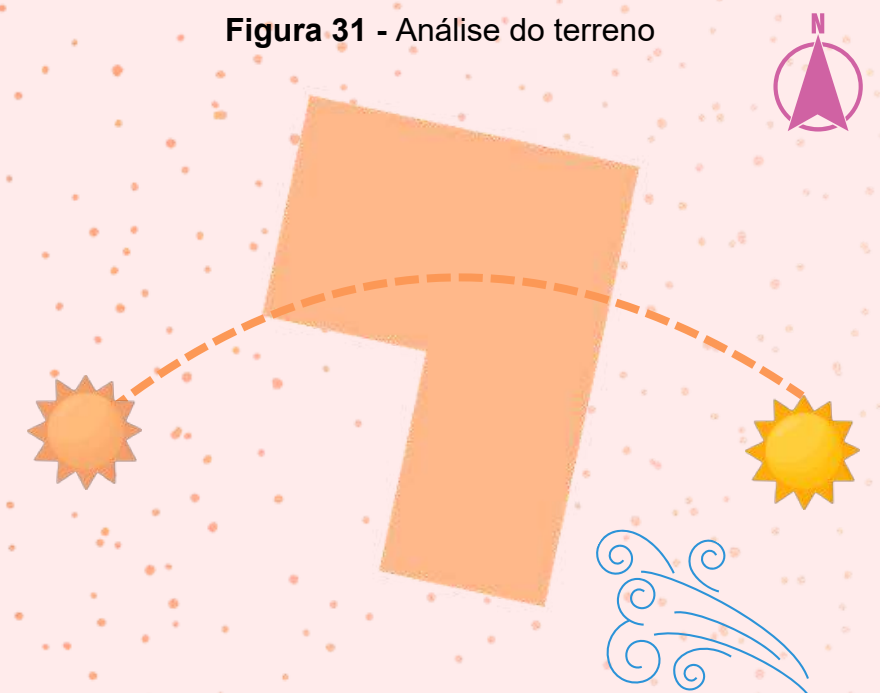
Figura 30 - Análise do entorno



8.3 Análise solar e de ventos

O esquema de sol e vento nos ajuda a compreender quais confrontações do terreno recebem uma maior ou menor incidência solar e de ventilação (figura 31).

Figura 31 - Análise do terreno



Fonte: Prefeitura de Vilhena, adaptado pelo autor, 2026

A partir de uma análise visual desse esquema, vemos que, a frente do terreno que está voltada para Rua Martin Lutero receberá o sol no período da manhã. Enquanto a incidência de sol por uma maior período de tempo será nos “fundos” do lote, portanto é necessário aplicar ali estratégias que permitam ventilação cruzada e um controle da incidência solar. A predominância de ventilação nesse local é proveniente do leste, por isso, é adequado incorporar nessa parte do projeto esquadrias que favoreçam a ventilação ali..

Fonte: Prefeitura de Vilhena, adaptado pelo autor, 2026

9. Anteprojeto



9.1 Situação

A planta de situação (figura 32) serve como um guia para localizar o terreno selecionado, dentro do contexto da cidade. Por meio dele vemos as quadras e as ruas que compõem o entorno da futura obra. Para a implementação da **Casa Pertencer**, vemos que o terreno é de esquina, portanto, possui duas frentes diferentes. Uma delas para a Av. Tancredo Neves, maior fluxo de veículos e a outra para a Rua Martin Lutero, mais tranquila em termos de movimento.

Figura 32 - Planta de situação



Planta de situação

Esc.: 1/3000

Fonte: Prefeitura de Vilhena, adaptado pelo autor, 2026

9.2 Conceito e Partido

Pertencer se trata de um instituição voltada a viabilizar um caminho para que pessoas se encontrem consigo mesmas. Dessa maneira a proposta da casa de acolhimento é de que ela seja de fato um **lar**. Dessa maneira, para aqueles que não encontraram no seio da própria família tal **acolhimento** e **pertencimento**, a casa vem como uma solução.

9.2.1 Conceito

Aqui, o conceito é voltado para: um espaço onde todos possam **pertencer, viver e existir**, valorizando sobretudo a diversidade e orgulho de si mesmo. Uma vez que os espaços já existentes são excludentes para essa comunidade, serão criados novos espaços que proponham uma inclusão dessas pessoas com o restante da sociedade de Vilhena.

A ideia de montar todo um complexo de acolhimento parte dessa necessidade de gerar inclusão. Mesmo que o acolhimento e a clínica social sejam voltados para esse público em particular, o Ponto de Cultura - DIVHA vem para suprir essa lacuna e evitar que se crie um espaço segregado.

O conceito se remonta a partir da seguinte premissa: Arquitetura para inclusão e pertencimento.

9.2.2 Partido

O partido surge da seguinte pergunta: *como trazer esses sentimentos de inclusão, pertencimento e orgulho LGBTQI+?*. Aqui, um dos pontos mais importantes é o uso das cores presentes na bandeira LGBTQI+ em diversos pontos do projeto trazendo um senso de orgulho. Contudo, um tom foi escolhido para se destacar: o laranja.

Cada cor na bandeira LGBTQI+ possui um significado particular e, no caso da cor laranja, ela significa: **cura**.

Para compor isso trazendo a sensação de um ambiente aconchegante, foram utilizadas sobretudo mobiliários em **madeira**, além de ela ser aplicada em alguns forros e pisos. A **Casa Pertencer** vem para se tornar um lar, para isso, elementos que remetem a arquitetura de casas brasileiras foram

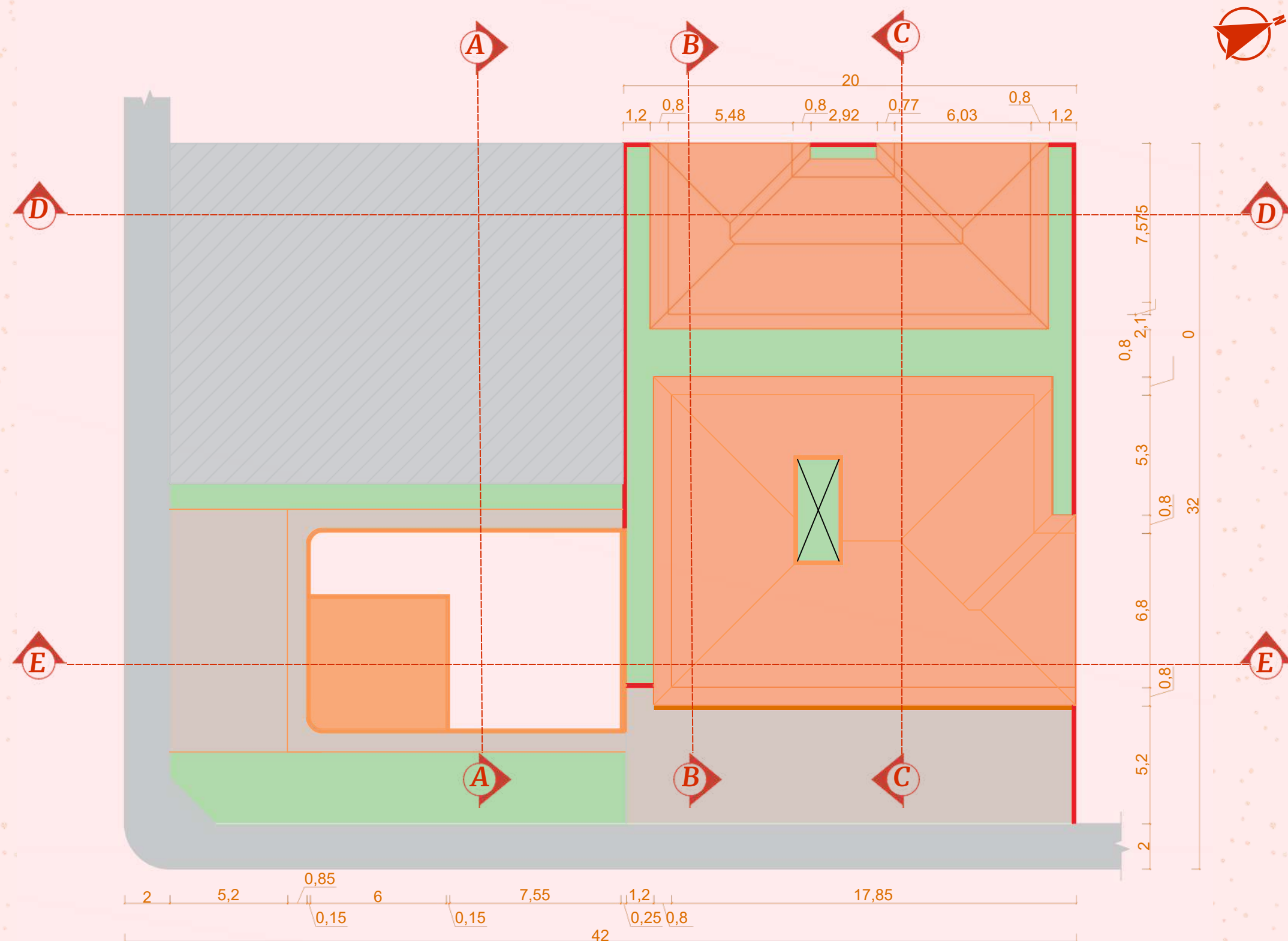
repetidos nas construções: esquadrias em madeira, azulejos, molduras nas portas e janelas, telhado aparente, cobogó, muxarabi e dentre outros elementos. (figura 33).

Figura 33 - Moodboard



Fonte: Autor, 2026

Figura 34 - Planta de Implantação



10 Plantas técnicas

Planta de Implantação

Esc.: 1/125

Figura 35 - Planta baixa - Casa de Acolhimento - Pertencer - Térreo

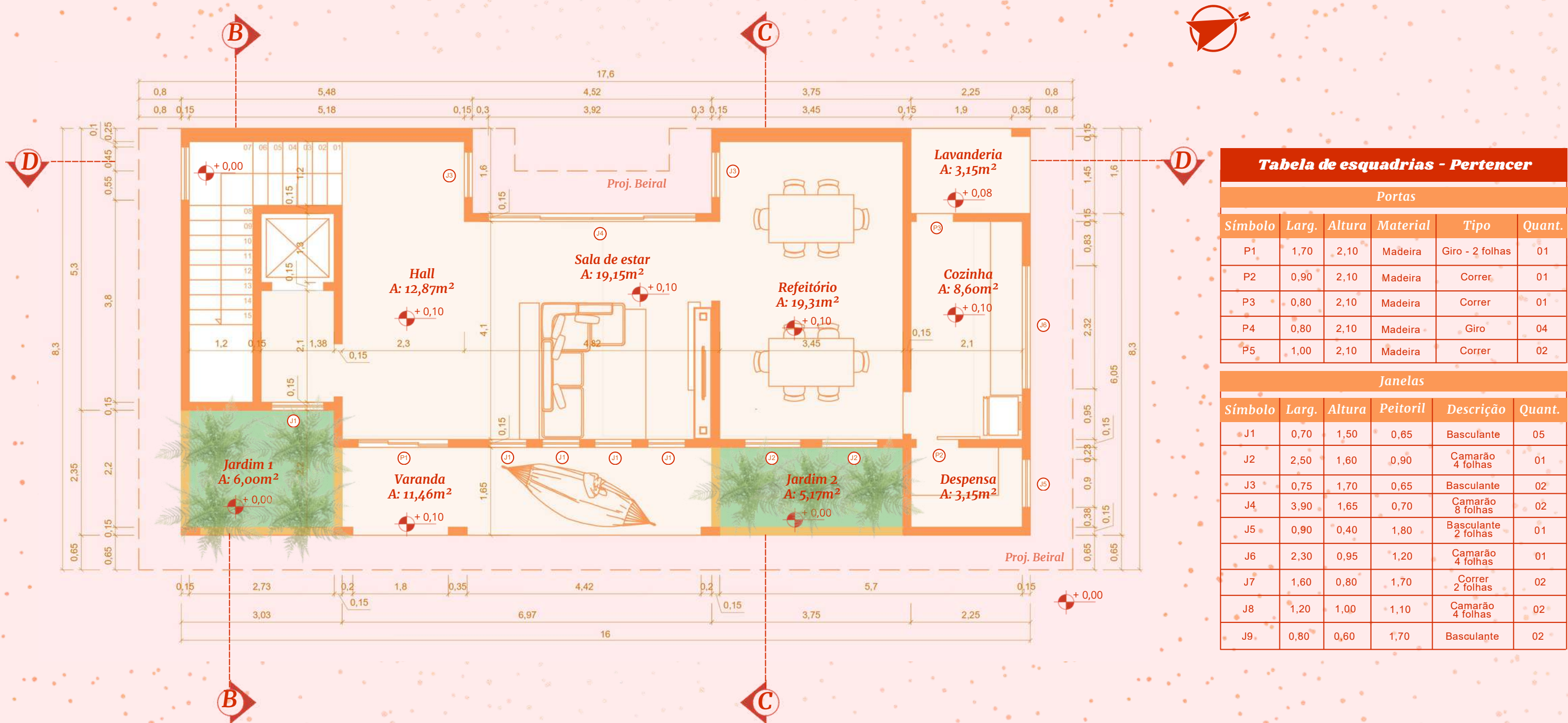
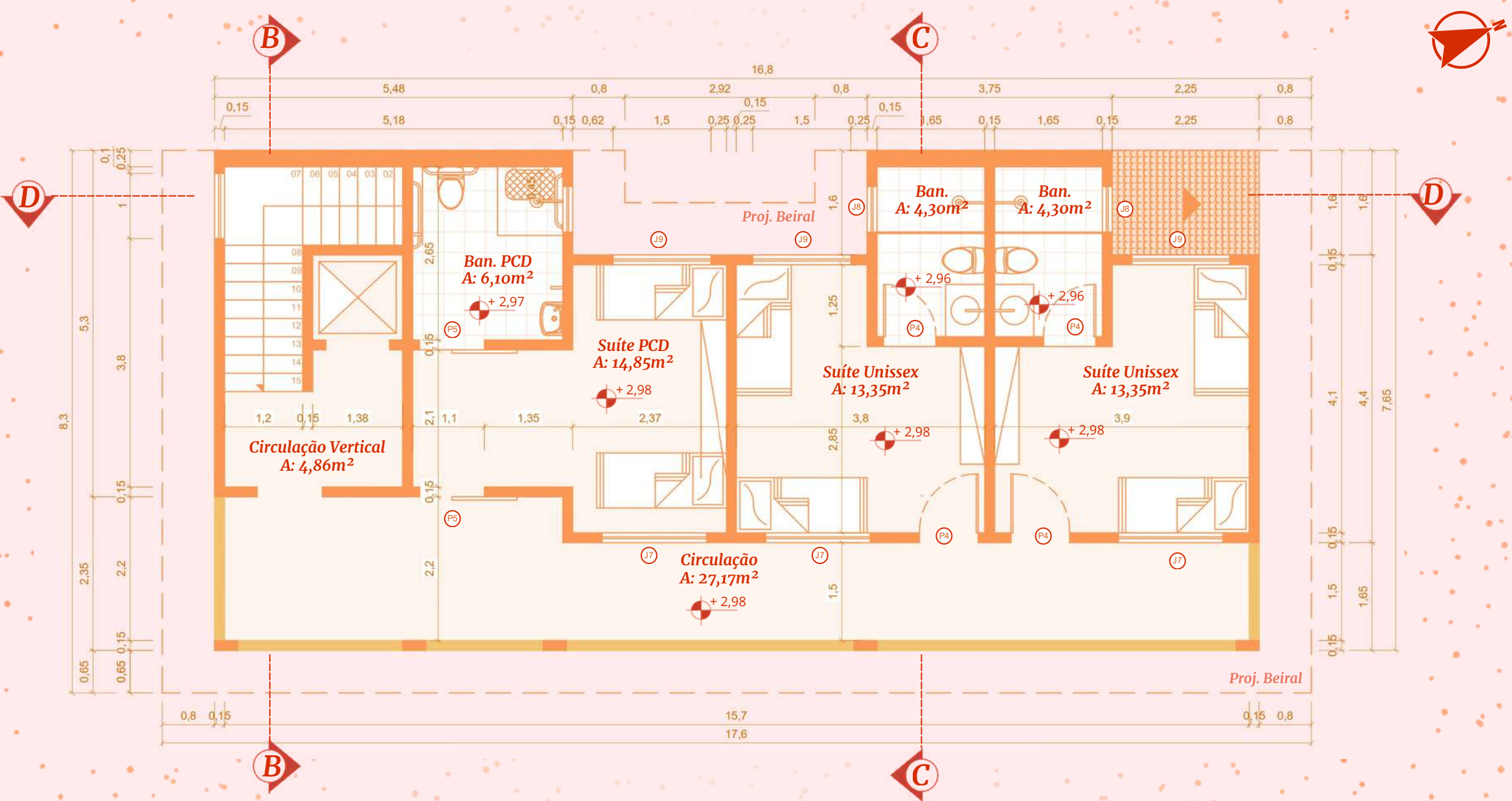


Figura 36 - Planta baixa - Pertencer - 1º pavimento



Casa de acolhimento - Pertencer - 1º pav.
Esc.: 1/75

Tabela de esquadrias - Pertencer					
Portas					
Símbolo	Larg.	Altura	Material	Tipo	Quant.
P1	1,70	2,10	Madeira	Giro - 2 folhas	01
P2	0,90	2,10	Madeira	Correr	01
P3	0,80	2,10	Madeira	Correr	01
P4	0,80	2,10	Madeira	Giro	04
P5	1,00	2,10	Madeira	Correr	02
Janelas					
Símbolo	Larg.	Altura	Peitoril	Descrição	Quant.
J1	0,70	1,50	0,65	Basculante	05
J2	2,50	1,60	0,90	Camarão 4 folhas	01
J3	0,75	1,70	0,65	Basculante	02
J4	3,90	1,65	0,70	Camarão 8 folhas	02
J5	0,90	0,40	1,80	Basculante 2 folhas	01
J6	2,30	0,95	1,20	Camarão 4 folhas	01
J7	1,60	0,80	1,70	Correr 2 folhas	02
J8	1,20	1,00	1,10	Camarão 4 folhas	02
J9	0,80	0,60	1,70	Basculante	03

Figura 37 - Planta baixa - Clínica Social - Viver

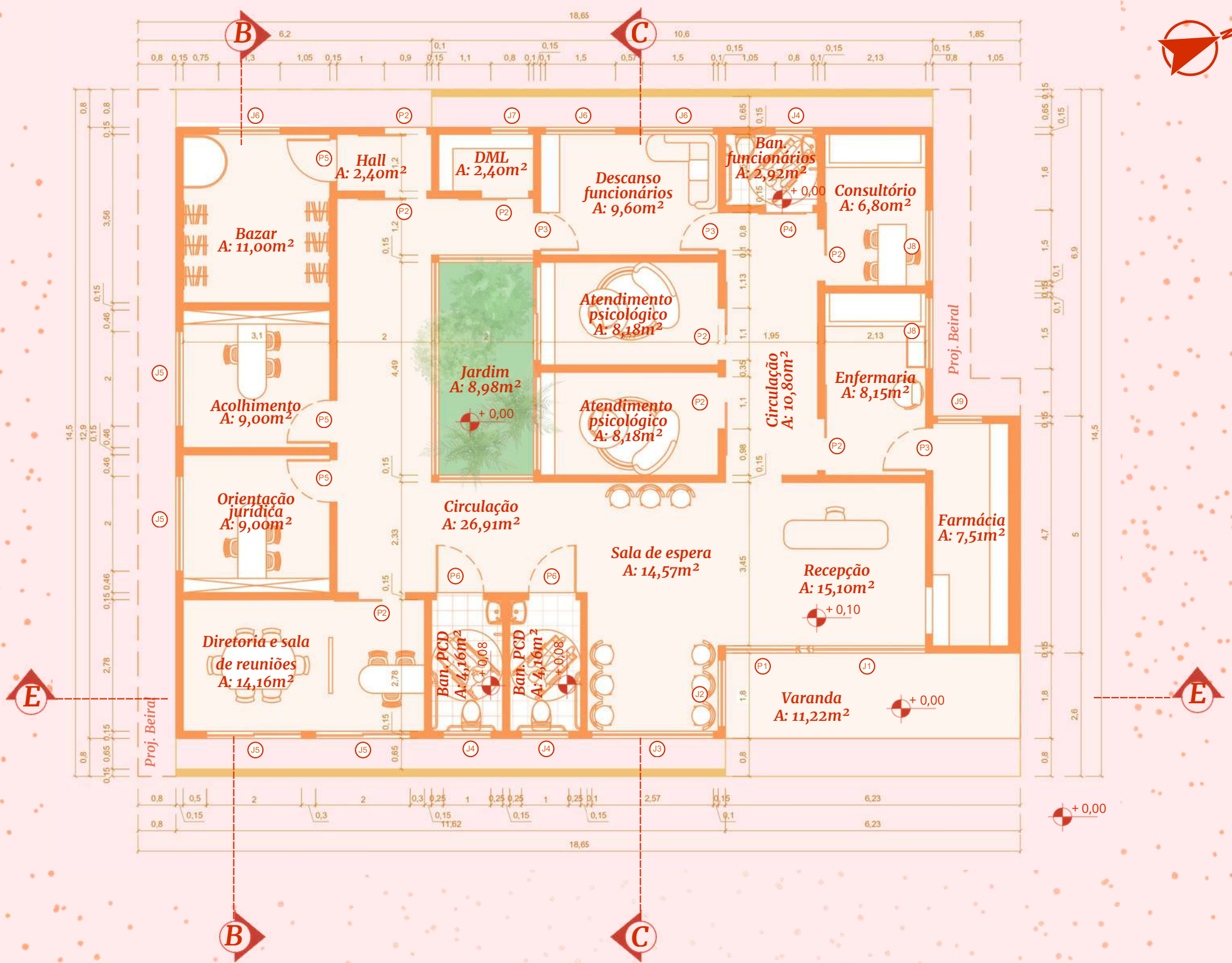


Tabela de esquadrias - Clínica

Portas					
Símbolo	Larg.	Altura	Material	Tipo	Quant.
P1	1,40	1,90	Vidro	Correr	01
P2	0,90	2,10	Madeira	Correr	08
P3	0,80	2,10	Madeira	Giro	02
P4	1,00	2,10	Madeira	Correr	01
P5	0,90	2,10	Madeira	Correr	02
P6	1,00	2,10	Madeira	Giro	02

Janelas					
Símbolo	Larg.	Altura	Peitoril	Descrição	Quant.
J1	2,20	2,20	0,20	Vidro fixo	01
J2	1,20	2,50	0,20	Vidro fixo	01
J3	2,50	2,50	0,20	Vidro fixo	01
J4	1,00	0,60	1,80	Basculante	03
J5	3,60	2,20	0,20	Correr 2 folhas	04
J6	1,50	0,60	1,80	Correr 2 folhas	03
J7	0,80	0,60	1,80	Basculante	01
J8	1,50	1,00	1,40	Correr 2 folhas	02
J9	0,90	0,60	1,70	Basculante	01

Clínica Social - Viver - Térreo
Esc.: 1/75

Figura 38 - Planta baixa - Ponto de Cultura - DIVHA - Térreo

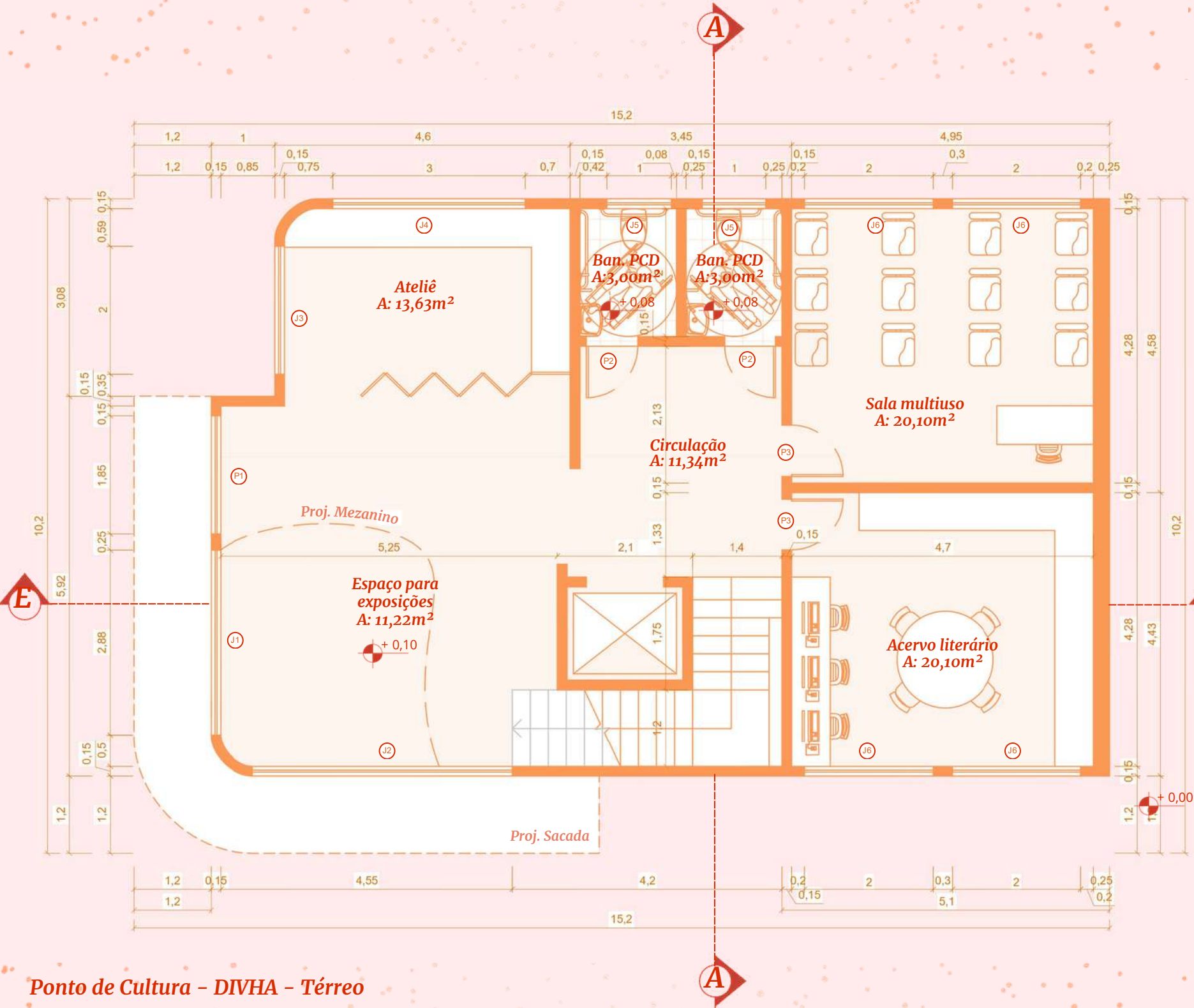


Tabela de esquadrias - Galpão					
Portas					
Símbolo	Larg.	Altura	Material	Tipo	Quant.
P1	2,00	2,80	Vidro	Correr 2 Folhas	01
P2	1,00	2,10	Madeira	Giro	04
P3	2,00	2,10	Madeira	Giro	02
P4	2,00	2,10	Madeira	Correr 2 Folhas	01
P5	2,20	3,50	Madeira	Correr 2 Folhas	01
P6	2,90	3,50	Madeira	Correr 3 Folhas	01

Janelas					
Símbolo	Larg.	Altura	Peitoril	Descrição	Quant.
J1	2,90	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J2	4,25	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J3	2,00	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J4	4,60	2,65	0,20	Vidro fixo	02
J5	1,00	0,80	1,70	Correr 2 folhas	04
J6	2,00	2,00	1,70	Correr 2 folhas	06
J7	1,00	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J8	1,75	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J9	1,85	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J10	2,00	2,60	0,20	Vidro fixo	01

Ponto de Cultura - DIVHA - Térreo
Esc.: 1/75

Figura 39 - Planta baixa - Ponto de Cultura - DIVHA - 1º Pavimento

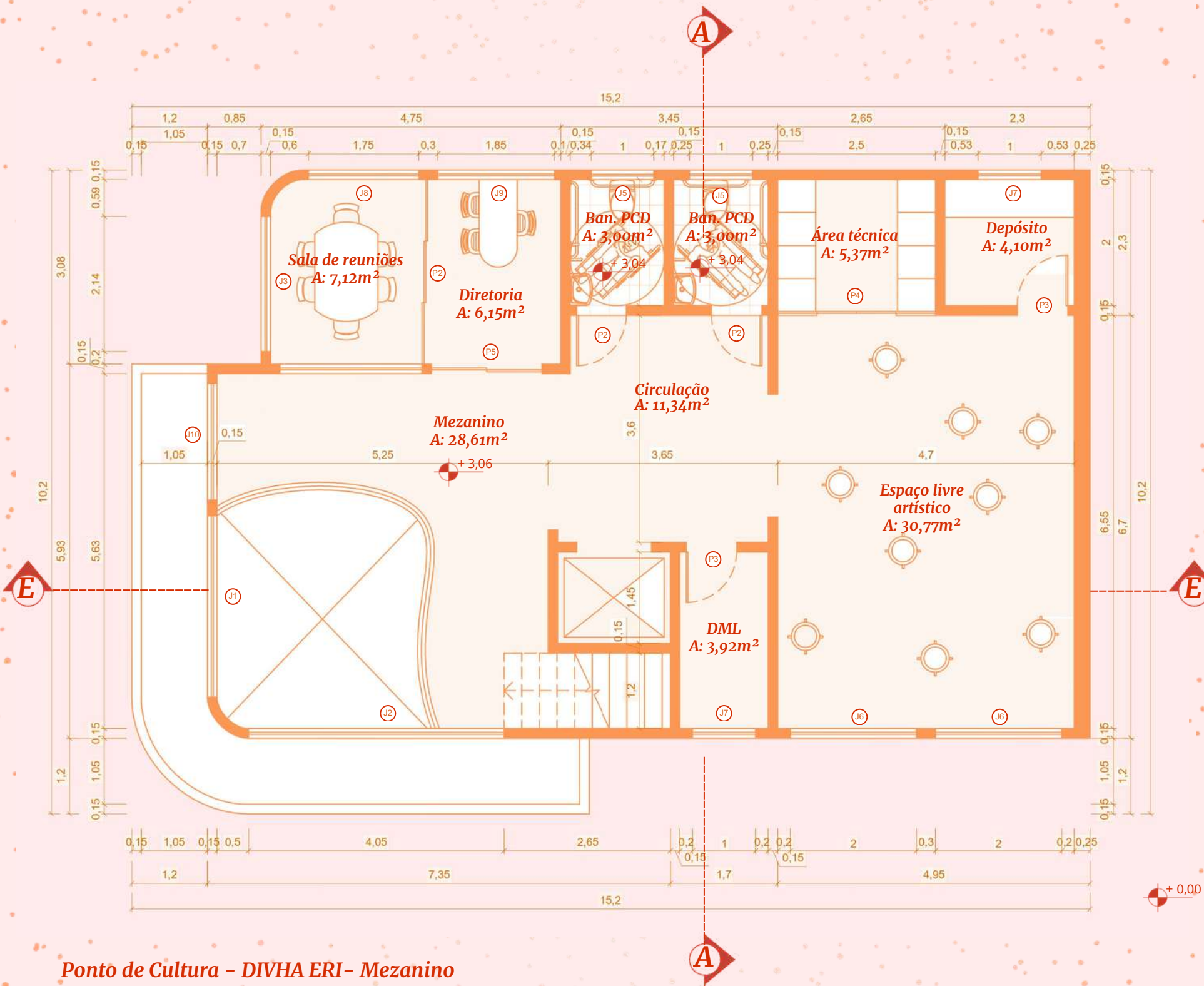
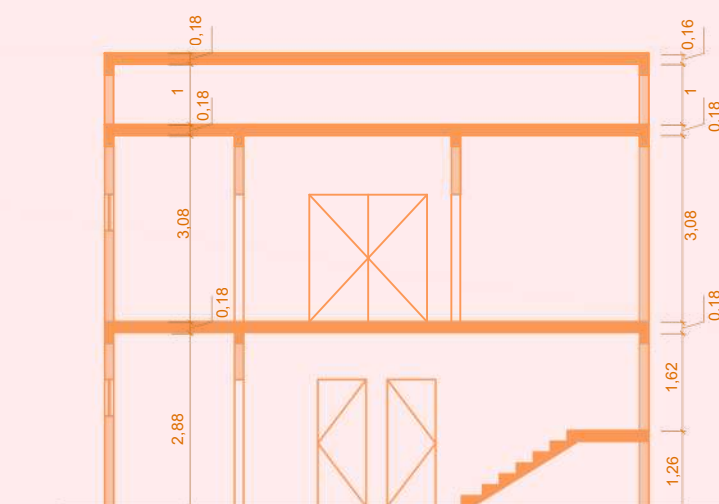


Tabela de esquadrias - Cultura					
Portas					
Símbolo	Larg.	Altura	Material	Tipo	Quant.
P1	2,00	2,80	Vidro	Correr 2 Folhas	01
P2	1,00	2,10	Madeira	Giro	04
P3	2,00	2,10	Madeira	Giro	02
P4	2,00	2,10	Madeira	Correr 2 Folhas	01
P5	2,20	3,50	Madeira	Correr 2 Folhas	01
P6	2,90	3,50	Madeira	Correr 3 Folhas	01

Janelas					
Símbolo	Larg.	Altura	Peitoril	Descrição	Quant.
J1	2,90	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J2	4,25	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J3	2,00	2,70	0,20	Vidro fixo	02
J4	4,60	2,65	0,20	Vidro fixo	02
J5	1,00	0,80	1,70	Correr 2 folhas	04
J6	2,00	2,00	1,70	Correr 2 folhas	06
J7	1,00	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J8	1,75	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J9	1,85	1,00	1,10	Correr 2 folhas	01
J10	2,00	2,60	0,20	Vidro fixo	01

Ponto de Cultura - DIVHA ERI- Mezanino
Esc.: 1/75

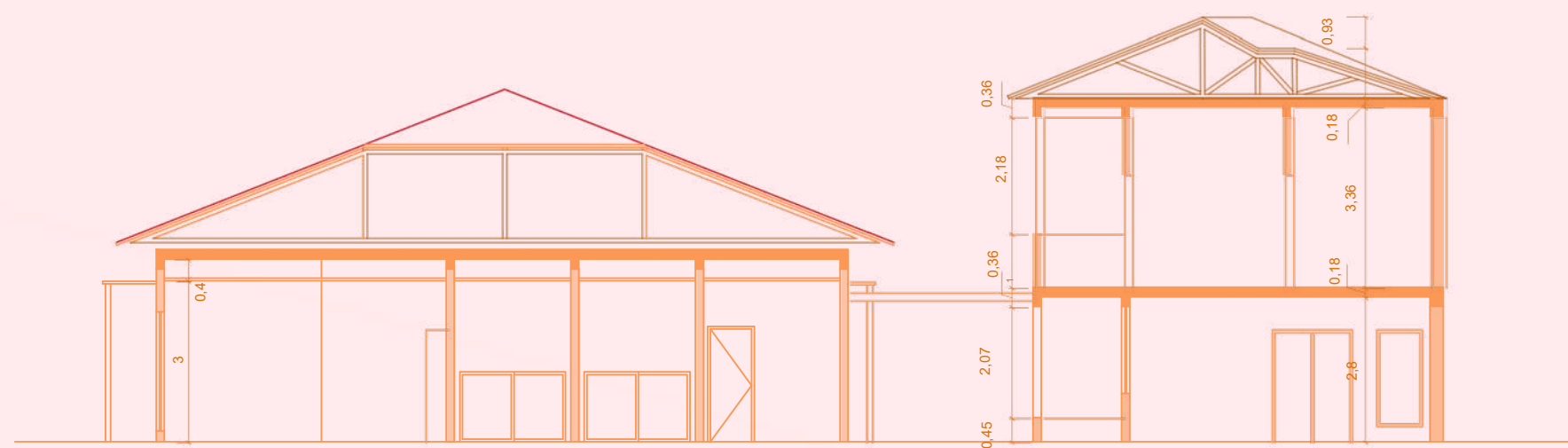
Figura 40 - Cortes A, B e C



Corte A-A
Esc.: 1/125



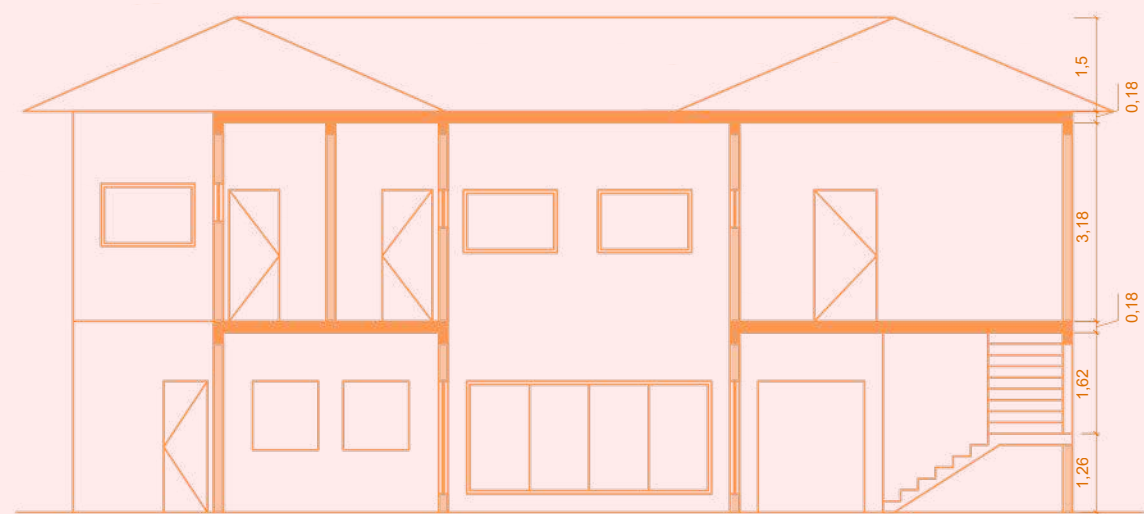
Corte B-B
Esc.: 1/125



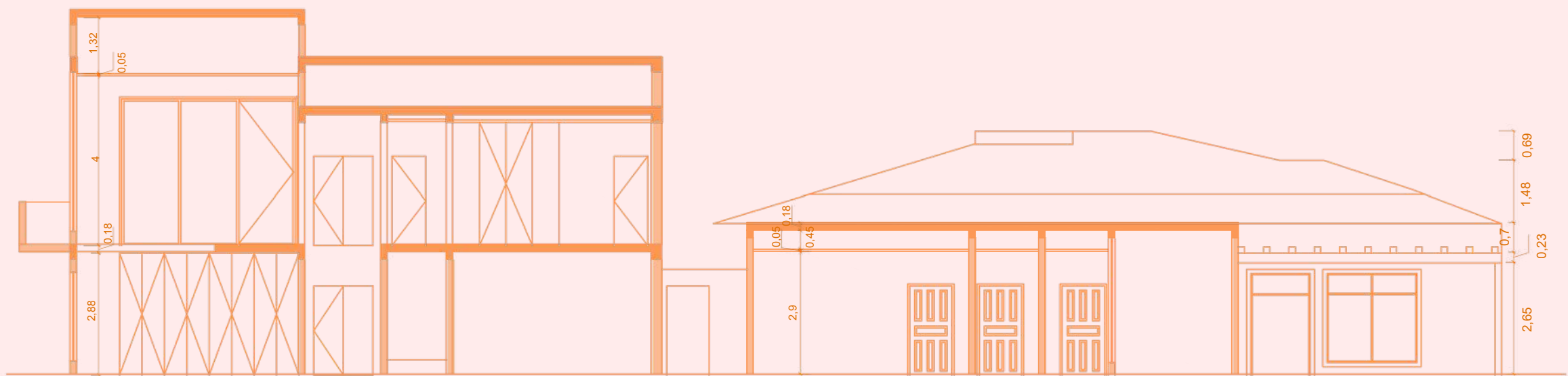
Corte C-C
Esc.: 1/125

Fonte: Autor, 2026

Figura 41 - Cortes D e E



Corte D-D
Esc.: 1/125



Corte E-E
Esc.: 1/125

10. Imagens do projeto



10.1 Coletivo DIVHA – Ponto de cultura

Figura 42 - Coletivo DIVHA Ponto de cultura



Fonte: Autor, 2026

Figura 43 - Coletivo DIVHA (Fachada e interiores)



Fachada – Av . Tancredo Neves



Área de exposições



Área de exposições



Fachada – Av . Tancredo Neves esquina com R. Martin Lutero



Ateliê



Mezanino

10.2 Clínica Social – Viver

Figura 44 - Clínica Social - Viver



Fonte: Autor, 2026

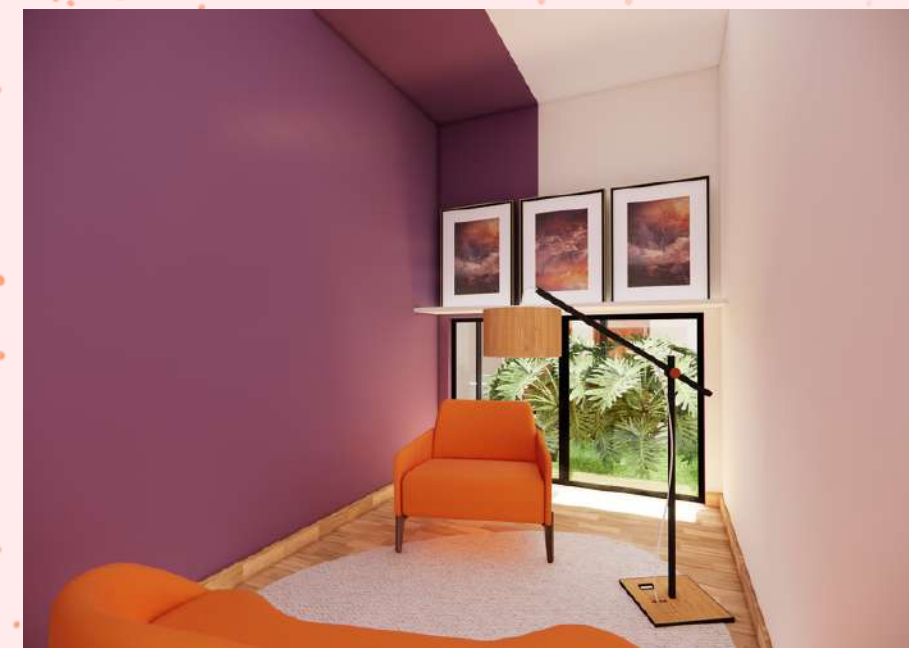
Figura 45 - Clínica Social - Viver (Fachada e interiores)



Fachada - Rua Martin Lutero



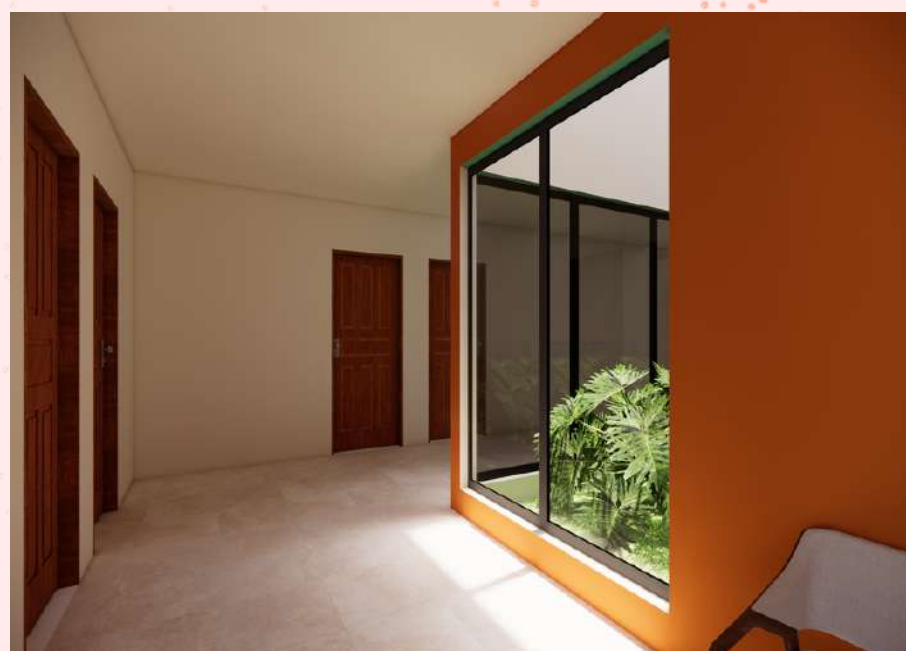
Sala de espera



Sala de atendimento psicológico



Recepção



Circulação



Sala de atendimento psicológico

Fonte: Autor, 2026

10.3 Casa Pertencer

Figura 46 - Casa Pertencer



Fonte: Autor, 2026

Figura 47 - Conexão entre ambientes



Fonte: Autor, 2026

Figura 48 - Casa Pertencer (Fachada e interiores)



Fachada



Sala de estar



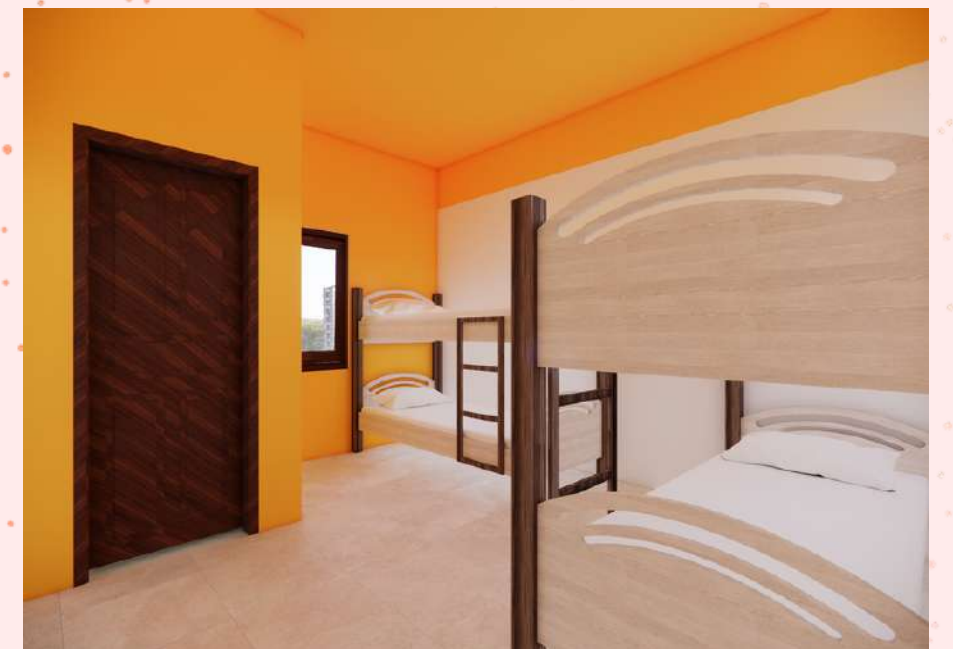
Circulação



Acesso clínica - casa



Sala de jantar



Quarto Unisex

10.4 Fachadas

Figura 49 - Fachadas



Fachada – Av. Tancredo Neves



Fachada – Rua Martin Lutero

Fonte: Autor, 2026

11. Considerações finais



Considerações finais

A questão de direito à moradia é um tópico que vem sendo debatido e estudado por diversas pessoas e por diferentes linhas de pesquisa ao longo dos anos. Contudo, ao direcionar esse olhar para o público LGBTQI+, esse assunto se mostra ainda mais defasado. A LGBTfobia tem demonstrado impactos em todos os setores da vida dessa população, e com a situação de moradia não é diferente. Um aparente cenário de insegurança de moradia LGBTQI+ vem se fortalecendo, e com isso, surge a necessidade de pensar em propostas mitigadoras eficazes. Entretanto, o Estado ainda se mostra muito omissor no papel de propor políticas públicas direcionadas para atender as demandas dessas pessoas. Essa pesquisa permitiu ampliar o olhar em como a arquitetura pode desempenhar um importante papel para lidar com essas questões e, nesse contexto, surgem as casas de acolhimento, provenientes de iniciativas civis e privadas para tentar ofertar moradia temporária segura para aqueles que precisam de ajuda para se estabilizar.

Uma vez que, comumente essas surgem na necessidade e imprevisto, o objetivo principal deste trabalho foi o de pensar uma casa de acolhimento que respondesse às necessidades da cidade onde ela seria situada, oferecendo segurança, assistência e cuidado para pessoas que necessitam de ajuda para se estabilizar. É importante reforçar como essa temática da Insegurança de Moradia LGBTQI+ tem muito mais a ser ampliada, portanto tem o papel de incentivar o debate para que novos pesquisadores aprofundem seus estudos para que assim, ao fim, todos possam encontrar um lugar onde possam pertencer sem medo.

12. Glossário LGBTQI+



12.1. Glossário

Orientação sexual

trata de por quem um indivíduo se atrai ou não. É como ela se sente com relação a sentimentos afetivos e sexuais.

A

Alossexualidade: aqueles que sentem atração e desejo sexual por outras pessoas sem ter necessidade de estabelecer vínculo.

Assexualidade: se refere a pessoas que possuem ausência total, parcial ou condicional de atração sexual.

B

Bissexualidade: sexualidade onde gênero não é um fator determinante para atração sexual, se atraindo por dois ou mais gêneros.

D

Desvio sexual: como anteriormente nomeavam pessoas que se identificavam como homossexuais.

G

Gay: pessoa do gênero masculino que se atrai afetivamente e sexualmente por pessoas do gênero masculino

H

Heterossexualidade: aquele que se atrai sexualmente e romanticamente por pessoas do gênero oposto.

Heteronormatividade: norma social que dita que a sexualidade “correta” é a conduta heterossexual.

Homossexualidade: aquele que se atrai fisicamente, afetivamente e emocionalmente por pessoas do mesmo gênero.

L

Lésbica: pessoa do gênero feminino que se atrai afetivamente e sexualmente por pessoas do gênero feminino.

P

Pansexualidade: pessoas que se atraem fisicamente e emocionalmente por pessoas independente do sexo biológico.

Identidade de gênero

Como a pessoa se sente e se identifica, isso pode corresponder ao seu sexo biológico ou não.

Sexo biológico

Aquele designado ao nascimento, é biológico, ao contrário da identidade e expressão de gênero que é uma construção cultural e social.

Expressão de gênero

Como a pessoa opta por manifestar socialmente seu gênero.

A

Agênero: pessoa que não se sente pertencente a nenhum gênero específico.

B

Binarismo de gênero: se trata da ideia de que só existe dois gêneros (macho e fêmea), uma visão limitante.

C

Cisgênero: se trata das pessoas que se identificam com seu o gênero atribuído no nascimento.

Cisnormatividade: é a “regra” social que prega como “normal” que todos se identifiquem como cisgêneros.

G

Gênero fluído: *“Pessoas cuja percepção pessoal sobre sua identidade de gênero pode se alterar de tempos em tempos” (Orientando, 2016)*

N

Não-binário: aqueles que não se identificam exclusivamente como homem e mulher, eles permeiam por essa neutralidade.

Q

Queer: termo guarda-chuva, popular especialmente entre os jovens, para quem se identifica como pertencente da comunidade mas acha outros termos muito engessados.

T

Transgênero: pessoas que não se identificam com gênero atribuído no seu nascimento.

Travesti: identidade latino-americano, é uma construção de gênero feminina oposta ao que foi atribuído no seu nascimento. A terminologia é utilizada como uma ressignificação de um termo marginalizado.

LGBTfobia

Aversão ou ódio irracional por pessoas que são pertencentes ou vistas como parte da comunidade LGBTQI+.

Crime de ódio

Qualquer crime cometido e motivado por preconceito, nesse caso, é uma das consequências da LGBTfobia.

Terminologias gerais

C

Casa de acolhimento: instituição que tem como principal objetivo assegurar os direitos básicos pela Constituição Federal. No cenário LGBTQI+, tem como objetivo acolher pessoas vítimas de LGBTfobia, empoderando e ajudando a se reestabelecer em sociedade.

Contrassexualidade: é o fim da natureza como precursor maior da sexualidade e gênero. Uma quebra no binarismo de gênero, o “contrato sexual” pede que os corpos se reconheçam apenas como corpos falantes.

I

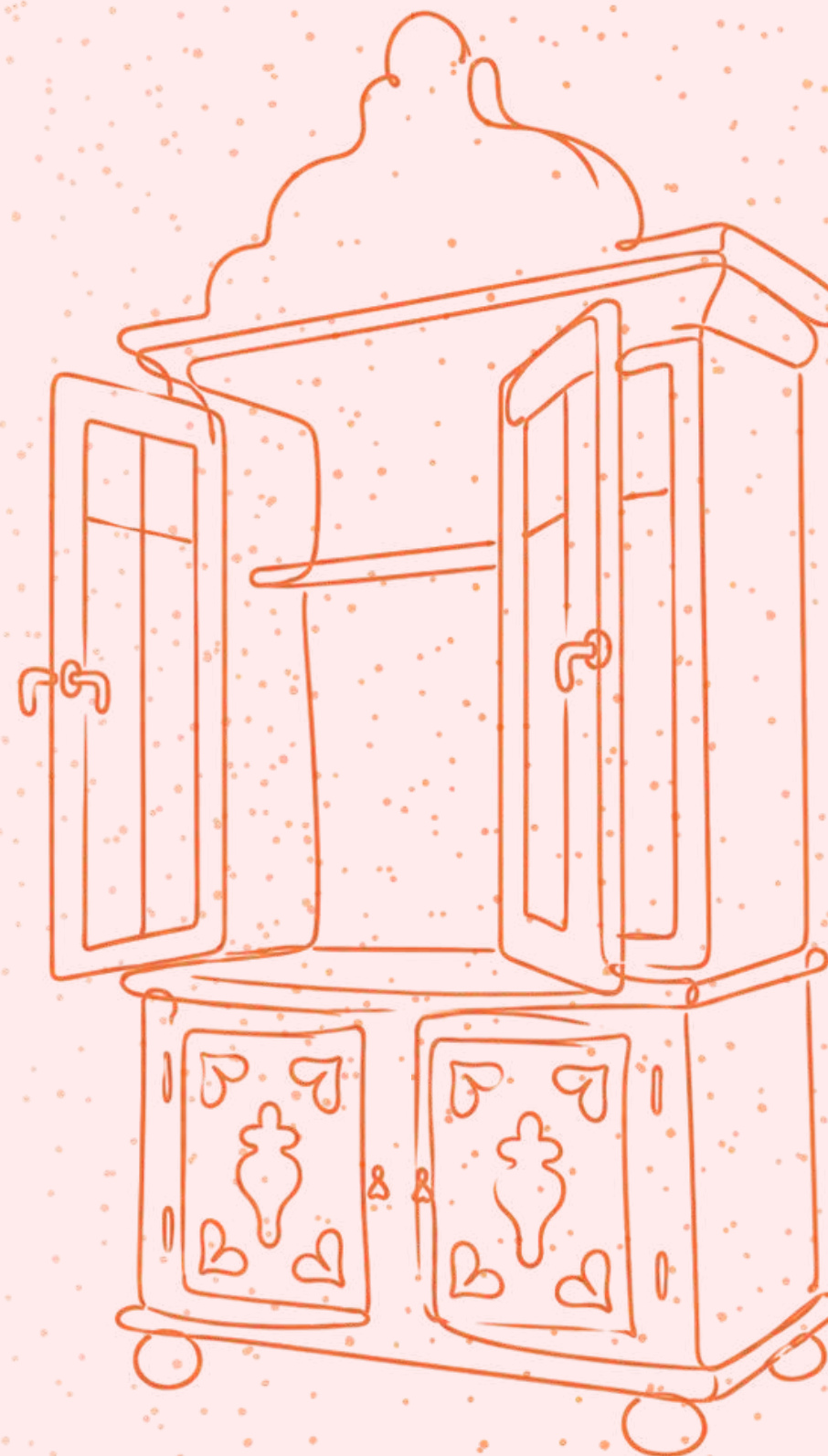
Insegurança de moradia: quando uma pessoa não possui estabilidade de moradia. Isso pode ocorrer por vários motivos, dentre eles, o preconceito.

P

Políticas públicas: se trata de decisões autorizadas por agentes governamentais, sendo um resultado de fenômenos e necessidades públicas. No cenário LGBTQI+, é possível perceber uma inatividade governamental, onde o Estado assume um papel omissor.

V

Vulnerabilidade social: grupo de pessoas que tem seus direitos excluídos e, estruturalmente passam a ser vistos como marginalizados.



12.2. Vamos conhecer as bandeiras da comunidade?



Orgulho LGBTQIAPN+

Criada em 1978 por Gilbert Baker e representa a diversidade humana, passou a ser utilizada depois do assassinato de Harvey Milk.



Orgulho Intersexo

Surgiu em 2013, o círculo central representa completude e o sentimento de ser "inteiro". Isso se alinha com a luta intersexo por reconhecimento e respeito.



Orgulho Não-Binário

Representa a diversidade de gênero, reforçando que ela pode ir além da binaridade. Foi criada em 2014 por Kye Rowan.



Inclusiva e Progressista do Orgulho LGBTI+

Criada em 2018, incluiu as cores da bandeira trans (branco, azul e rosa) e dois tons de marrom para representar diversidade étnico-racial da comunidade.



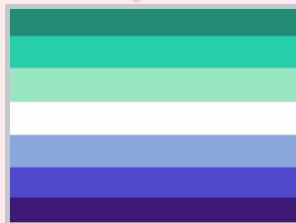
Orgulho transexual

As cores azul e rosa representam as cores tradicionais, de homem e mulher. A faixa branca representa pessoas intersexo, em transição e sem gênero definido.



Orgulho Bigênero

Rosa representa quem tem um gênero feminino, amarelo quem possui algum gênero, branco quem não possui gênero definido, pessoas que são homens e mulheres e azul o gênero masculino.



Orgulho Gay

É mais recente, 2018 sem autoria reconhecida., o azul vem para simbolizar paz e harmonia, o branco igualdade e o verde esperança e progresso.



Orgulho Bissexual

De 1998, o rosa representa atração por mulheres, azul por homens e a faixa roxa representa como a sexualidade transita entre essas atrações



Orgulho Assexual

Datada no ano de 2010, o preto representa a ausência de atração, cinza fluidez na atração, branca a atração e, roxo, representa toda a comunidade LGBTQI+



Orgulho Lésbico

evoca a imagem de um por do sol. É uma bandeira mais recente que surgiu com o objetivo de abraçar as diferenças dentro da comunidade lésbica.



Orgulho transexual

Muito similar a bandeira bissexual, mas por uma diferença histórica, a faixa amarela vem para representar atração por pessoas que se identificam no espectro da não-binaridade e gênero fluído.



Orgulho QUEER

Criada por Marilyn Roxie em 2010, a faixa lilás representa a androginia, branca a neutralidade de gênero e sexualidade e a verde, representa identidade fora da binaridade

13. Referenciais bibliográficos



- BELÉM, R. **12 Casas de Acolhimento para LGBTIs no Brasil**. Casa Vogue, 2020. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2020/06/12-casas-de-acolhimento-para-lgbtis-no-brasil.html>. Acesso em: 30 out. 2025.
- Bill, Max. **O arquiteto, a arquitetura, a sociedade**. Habitat (São Paulo, Brazil), no. 14 (January/February, 1954): A-B.
- BRASIL, Governo Federal. **Casa de Acolhimento e Diversidade**. Projeto de Lei nº 1316/2024. Estabelece a criação da 'Casa de Acolhimento e Diversidade' destinada ao atendimento e acolhimento humanizado do público LGBTQI+ em situação de violência e vulnerabilidade social; define estrutura e serviços a serem oferecidos; prevê fontes de financiamento; e dá outras providências. Câmara de Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2427811>. Acesso em: 23 set. 2025.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Governo Federal. **Manual do Pesquisador: métodos e técnicas de pesquisa qualitativa**. 1ª ed. Brasília: 2023, 148p.
- CASA MIGA ACOLHIMENTO LGBTIA+. **Sobre Nós**. Disponível em: <https://casamiga.org>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CASA UM. **Nós Somos a Casa1**. Disponível em: <https://www.casaum.org>. Acesso em: 30 out. 2025.
- DUARTE, A. S. **Enviadescer: a casa 1 e a ancoragem LGBTQ no Bixiga, São Paulo**. 2021. 181 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 1ª ed. Barueri: Atlas, 2021.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia>. Acesso em: 25 set. 2025.
- INSTITUTO MATIZES. **Índice de Monitoramento dos Direitos LGBTQI+ no Brasil: dados estaduais, distrital e federal**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Matizes, 2025, 83 p.
- JESUS, J. G. **Orientações Sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos**. 2ª ed. Brasília, 2012. E-book. 42p. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-sCONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.
- JÚNIOR, C. A. A. S. **As Políticas Públicas Para A População LGBT Sob A Ótica das Organizações da Sociedade Civil: desafios e perspectivas**. 2021. 96 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2021
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 225 p.
- NASCIMENTO, A. C. L. **Centro de Acolhimento LGBT Casa Miga: projeto de reestruturação da sede**. 2024. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2025.
- PEREIRA, A. R; PERANDA, C. **Entre Memórias de Infância e Crianças Legendárias: gênero, raça e sexualidade dos primeiros anos à cena de ballroom & vogue estadunidense**. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 3, n. 9, p. 64-95, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.9.10468>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10468>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- PIRES, B. G; LAURENTINO, A. C; NASCIMENTO, C. **Mapeamento de Políticas Públicas LGBTI+ no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas LGBTI, 2021, 195 p.
- PRECIADO, P. B. **Um Apartamento em Urano: crônicas da travessia**. 1ª ed. São Paulo: Zahar, 2020.
- _____. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. 1ª ed. São Paulo: Zahar, 2022.
- QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- REIS, T; CAZAL, S. (org). **Manual de Direitos LGBTI+. E-book**. 3ª ed. Curitiba: Enciclopédia LGBTI+, 2022. ISBN: 978-65-996727-2-9. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Manual-Direitos-LGBTI.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- SARAIVA, M. S. **Estado, Democracia, Políticas Públicas e Direitos LGBT**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017, 222p.
- SERRA, G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. 1ª ed. São Paulo: Edusp/Mandarim, 2006, 256p.
- SILVA, A. L. A; VITORINO, E. V; PISSANGO, L. P. S. **Casas de Acolhimento no Brasil e a População LGBTI+: reflexões, contextos e vulnerabilidades**. Revista Educação, Cultura e Comunicação, v. 13, n. 26, p. 299-314, jul./dez., 2022.
- SILVA, C. N; SGANZERLA, R. B; RAJÃO, P. I; SILVA, L. O; CROSSETTI, B. **Mapeamento de Políticas Públicas LGBTI+ no Governos Estaduais e Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Aliança Nacional LGBTI+ & Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBT, 2022, 400 p.
- TREVISAN, J. S. **Devassos No Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, 726p.
- URBANI, L; LOPES, P. **Dossiê LGBT+ e Moradia**. E-book. 1 ed. São Paulo: Casa 1, 2022. ISBN: 978-65-992897-9-8. Disponível em: https://www.casaum.org/wp-content/uploads/2022/09/Dossie_Moradia_V2.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

